

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - PPGDC
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO - PR

CAROLINE OLIVEIRA

**A Participação das Mulheres nos Espaços Políticos no Município de
Guarapuava**

GUARAPUAVA/PR
2015

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO – PR

CAROLINE OLIVEIRA

**A Participação das Mulheres nos Espaços Políticos no Município de
Guarapuava**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Comunitário.
Orientadora: Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

GUARAPUAVA/PR

2015

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

O48p	<p>OLIVEIRA, Caroline. A participação das mulheres nos espaços políticos no município de Guarapuava / Caroline Oliveira. – Irati, PR : [s.n], 2015. 107f.</p> <p>Orientadora: Profª Drª Luciana Rosar Fornazari Klanovicz Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná.</p> <p>1. Mulher – dissertação. 2. Política Municipal. 3. Opressão. 4. Gênero. I. Klanovicz, Luciana Rosar Fornazari. II. UNICENTRO. III. Título.</p> <p>CDD 20 ed. 305.4</p>
------	--

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente ao programa de pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário que ao aceitar meu projeto possibilitou a execução desta dissertação e também a participação de diversas atividades acadêmicas que contribuíram para meu crescimento pessoal, profissional e intelectual.

Aos meus pais pelo apoio durante este período de formação, a meu filho Lucas, que sempre foi e será um estímulo pelo qual sigo em frente. Às amigas que conquistei durante esse período que foram fundamentais para meu crescimento, em especial à Caroline Becher que além de parceira nos estudos, compartilhei momentos de alegrias e tristezas, construindo uma amizade para toda a vida. Ao meu namorado Carlos Ricardo Maneck Malfatti pela paciência, incentivo e preocupação.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Luciana Rozar Fornazari Klanovicz por me orientar no desenvolvimento desta dissertação, com paciência e assertividade, sempre estimulando a novos projetos. Aos colegas do Laboratório de História Ambiental e Gênero pelas conversas, estudos e preocupações compartilhadas e ao professor Dr. Jó Klanovicz.

Aos demais professores do PPGDC que contribuíram para que eu chegasse ao final dessa etapa.

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas”.

Berthold Brecht

Resumo

Este trabalho objetiva elencar alguns desdobramentos históricos sobre a trajetória da mulher na sociedade em busca de equidade de gênero no meio político. Para o encaminhamento da pesquisa foram levantados dados bibliográficos sobre a luta da mulher na sociedade para que a opressão acabasse e sobre sua inserção nesse ambiente. Foram levantadas algumas questões no que se refere à identidade da mulher na contemporaneidade, bem como a influência da mídia e ideologias sociais e religiosas que de alguma maneira contribuíram para a manutenção ou libertação da mulher. Para melhor embasamento foi realizado estudo de caso por meio de entrevistas com mulheres que ocupam cargos de poder na cidade de Guarapuava no Estado do Paraná.

Palavras chave: Opressão, Gênero, Participação Política

Abstract

The purpose of this work is listing some developments historical of the woman trajectory in society to achieve gender equity in the political environment. For the research development, was collected some historic data about the struggle of women in society for oppression minimize and the woman integration in this environment. Some questions regarding the identity of the contemporary woman as well as the media influence and social or religious ideologies, that contributed to the maintenance or women liberation. For the better basis to this case study, was conducted through interviews with women in power positions in Guarapuava city in Paraná State.

Key words: Oppression, Gender, Political Participation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

Capítulo I – Trajetórias das mulheres no espaço político 13

- 1.1 – Relações de opressão e sociedade 14
- 1.2 – Gênero enquanto categoria de análise 24
- 1.3 – As contribuições de Pierre Bourdieu 29
- 1.4 – A religião enquanto poder simbólico e sua influência na construção das identidades e sujeitos 37
- 1.5 – O discurso como prática social 40
- 1.6 – A representação da mulher política na mídia guarapuavana: estudo de caso do jornal Diário de Guarapuava 48

Capítulo II – Não apenas por direitos, mas por igualdade 52

- 2.1 – Luta das mulheres no Brasil 52
- 2.2 – A participação política das mulheres 65
- 2.3 – A sub-representação da mulher nos espaços de poder 69

Capítulo III – Participação ou cumprimento de cotas? A situação da mulher na política 77

- 3.1 – Depois da conquista: A mulher e a política em Guarapuava 80
 - 3.1.1 – Nerci Aparecida Guiné 82
 - 3.1.2 – Maria Magdalena Nerone 87
 - 3.1.3 – Eva Schran de Lima 90
- 3.2 – Espaço e atuação 94

Considerações Finais 99

Referências 103

Apêndice I – Roteiro das entrevistas 107

INTRODUÇÃO

A progressiva participação das mulheres na vida política, deflagrada no século XX, deve ser considerada a partir das mudanças sociais, culturais e políticas das sociedades. Tema de debate acadêmico desde o início da década de 1990, engloba três aspectos diferentes e articulados que contribuíram para que o fator ocorresse. Primeiramente, devemos citar o movimento feminista como ponto de partida para o empoderamento das mulheres na sociedade nas últimas décadas. Em segundo, como consequência, o contraste entre o grau de conquistas das mulheres na vida social e sua inserção nela, e em terceiro, a tomada de estratégias para o rompimento do quadro anterior por meio de políticas que garantissem o direito igualitário entre homens e mulheres, como por exemplo a existência de cotas para a competição legislativa.

As transformações no cenário social como o surgimento de novos tipos de famílias, como as homoafetivas, tendem a colaborar para a ruptura dos padrões familiares patriarcais e as novas formas de produção no mundo do trabalho, contribuindo para o impacto sobre as relações sociais, afetando estruturas tradicionalistas sobre as quais se assentava a dominação masculina nas esferas da vida pública e privada. No entanto, no Brasil ainda existe uma forte assimetria de gênero vinculada à esfera pública, principalmente no que se refere ao setor institucional. A análise sobre a participação das mulheres na política deve ser levada em conta, considerando as razões pelas quais as desigualdades políticas e de gênero permanecem.

A análise do tema requer que o consideremos sob o prisma de múltiplos fatores que ajudam a definir os padrões de gênero que conformam o acesso à representação política. Ou seja, para compreendermos o que ocorre com a participação das mulheres nos cargos eletivos de representação política, é necessário considerar a exclusão das mesmas como sujeitos, bem como compreender as manifestações culturais, atitudes e práticas preconceituosas ou discriminatórias que envolvem as relações de gênero e que se reproduzem, na sociedade.

Considerando que na história da sociedade ocidental, onde aos homens foi atribuída a participação no espaço público, às mulheres coube ocupar o espaço privado, envolvendo-se exclusivamente com os afazeres domésticos e cuidados com os filhos e marido, a sociedade tem se deparado desde o século XX, com o constante esforço das mulheres em garantir sua inserção no espaço público. Tal inserção se dá por meio do trabalho e participação nas decisões e questões de cidadania (COELHO, 2006). Além de tais fatores, no Brasil a cidadania feminina foi dificultada nos momentos de limitação das liberdades políticas, como no período ditatorial (1954-1985), entretanto a redemocratização do país possibilitou a inserção de mulheres em movimentos sociais, lhes garantindo força e direitos.

Em 1995, a Conferência Internacional da ONU (Organização das Nações Unidas), sobre a Mulher, realizada em Beijing na China, recomendou a criação de políticas que ampliassem a maior participação das mulheres no poder, tema comum a vários países no momento. Naquele mesmo ano, o congresso brasileiro aprovou a Lei 9100, que exigia a participação mínima de 20% de candidaturas femininas para cada partido nas eleições. Atualmente, a taxa mínima é de 30% (desde as eleições de 2000).

Apesar do aumento de candidaturas femininas, a representação de mulheres no parlamento brasileiro não foi modificada significativamente. Considerando que as mulheres são maioria da população em um país que está na 7ª economia do mundo¹, é preocupante analisarmos que perante esse fator, o Brasil ocupa o 110º lugar² na inserção política por gêneros dentre 146 países. Estamos atrás de nações como Togo e Serra Leoa.

A atual bancada feminina na Câmara Federal, considerando o período entre 2010 e 2014, representa menos de 10% do total da casa, por exemplo,

¹Atualmente na posição de sétima economia mundial, o Brasil corre o risco de até o final de 2015 dar um salto para a nona posição. Em Estadão Economia. Acesso em 31/07/2015 em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-corre-risco-de-cair-para-a-nona-economia-do-mundo,1734623>

² Portal Brasil – Mulheres na Política. Acesso em 31/07/2015 em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/mulheres-na-politica>

sendo que dos 22 partidos que apresentam participação na casa, oito deles não elegeram mulheres. E dentre os 27 governadores, são apenas duas as mulheres.

A política de cotas que determina 30% de candidaturas femininas nos cargos de poder, quando combinada a outras políticas de gênero, pode significar um avanço na luta das mulheres, já que trata da igualdade de direitos e inclusão social. Entretanto, o sistema de cotas não representa uma solução rápida para transformar esse cenário de poder, o que significa a necessidade da tomada de medidas que garantam uma política de gênero.

Para Araújo (1999, p. 336-7) as cotas no Brasil foram concedidas, e não conquistadas. Se trataria de uma “cortesia” às mulheres, ou preservação da imagem pública do parlamentar como legislador simpático aos direitos das mulheres. Silvestrin (2000) sugere que a mídia contribua com o debate em torno da questão das cotas e valorização da mulher política, fazendo com que a sociedade compreenda o movimento pela paridade também nas esferas do poder.

A questão de gênero é pertinente nos estudos sobre política, sob o ponto de vista de um processo histórico que tornou os homens os únicos presentes nos espaços de exercício de poder. Nesse aspecto, o surgimento da demanda das leis de cotas e sua aprovação, é uma indicação de que a desigualdade no campo da representação política, quando se trata de gênero, é motivo de indagações e preocupações .

Embora haja poucas evidências no Brasil sobre o comportamento e atuação de mulheres políticas em instâncias de poder local, estudos em outros países industrializados e desenvolvidos apontam que as mulheres tendem a dar prioridade a questões sociais em governos locais (Relatório UNICEF – Gênero e Infância, 2007). Na Noruega por exemplo, aponta-se que uma das razões para o envolvimento das mulheres na política refere-se aos problemas enfrentados pelas mulheres com os cuidados dos filhos e educação na infância, como a falta de espaço para atendimento à criança pequena. O estudo constatou que a maior participação política das mulheres pode ampliar a visibilidade de questões pertinentes à agenda política, que são poucas ou nada tratadas pelos homens políticos.

Elas também responderiam por um esforço renovado de articulação dos governos locais, apresentando institucionalização de políticas e ações afirmativas em relação a gênero e questões étnico-raciais. Mulheres políticas, especialmente as que atuam no governo local, podem oferecer maior sensibilidade no enfrentamento de desigualdades sociais, por exemplo.

Dessa maneira, fica perceptível que a participação da mulher na política é um fator determinante para a qualidade do processo democrático, ou seja, políticas públicas tendem a ganhar maior visibilidade quando tratadas por ambos os gêneros, já que as mulheres tendem a perceber problemas que em grande parte são vivenciados por elas mesmas. De acordo com Cortês e Matos (2010), o cenário político-representativo do Brasil, com baixo número de mulheres em seu cenário, pode ser pensado como um elemento comprometedor de nosso atual estágio de desenvolvimento, pois é um espaço que necessita da contribuição das mulheres de forma consciente e organizada. Todavia, pensar que a maior participação da mulher em cargos de poder, como no quadro político, vai transformar o atendimento às demandas femininas ou a forma de se fazer política seria ingênuo. As mudanças dependem de cada candidato, independente do gênero ao qual pertença.

Ao se tratar de igualdade de gênero, deve-se ressaltar que homens e mulheres devem ter as mesmas oportunidades garantidas e ser tratados de maneira igual perante às leis, de modo que cada um conquiste seu potencial para a contribuição ao desenvolvimento econômico e social de seu país ou comunidade.

Na América Latina há exemplos de mulheres que conquistaram seu espaço na política e tem grande representatividade para o avanço da questão da participação das mulheres no meio. As primeiras mulheres presidentes surgiram na América Central: Violeta Chamorro na Nicarágua (1990-1994) e Mireya Moscoso, no Panamá (1999-2004). Bolívia, Haiti e Equador, tiveram mulheres que exerceram o quadro por menos de um ano.

Recentemente Michele Brachelet foi presidente do Chile, seguida por Cristina Fernandez de Kirchner, da Argentina, Laura Chinchilla, da Costa Rica, e

Dilma Roussef no Brasil, sem contar com a participação das primeiras-ministras. Para a sociedade brasileira é extremamente significativa a presença de uma mulher no mais alto cargo do Executivo federal.

Apesar do quadro federal apresentar uma visão otimista sobre o assunto, quando se trata de poder legislativo, o quadro apresentado é outro. Em Guarapuava-PR, temos na Câmara de Vereadores, apenas duas mulheres dentre as 21 cadeiras dispostas.

Considerando que a mulher esteve durante séculos fora do poder político, e sendo este em grande parte praticado pelos homens, ainda há muito que conquistar. A garantia de acesso das mulheres aos espaços de poder se torna necessária, já que enfrentam barreiras e desafios diferentes dos encontrados pela maioria dos homens que se dedicam à carreira política. Para Sacchet (2008), são múltiplos os fatores que dificultam a entrada de mulheres em cargos públicos, dentre eles os de ordem cultural, social e institucional. Muitas vezes essas barreiras e dificuldades passam despercebidas no momento em que decisões devem ser tomadas, já que contamos com poucas mulheres dentro desse processo.

A presença de mais mulheres no poder sinalizaria que a democracia estaria sendo consolidada no Brasil, onde o acesso a oportunidades é para todos e todas. As candidaturas também serviram como modelo simbólico, a fim de mostrar que a política não é um meio exclusivo de homens, a fim de estimular o engajamento de outras mulheres e transformar o espaço de poder, o tornando mais democrático e representativo.

Se analisarmos o quadro das últimas eleições, percebemos que houve aumento das candidaturas femininas em todos os níveis, inclusive para os cargos legislativos, como para vereadoras. Entretanto, as barreiras para que as candidatas fossem eleitas continuaram. Em Guarapuava, nas eleições de 2012, para o cargo de vereador, se candidataram 163 homens e 47 mulheres.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres brasileiras representam, hoje, mais de 50% do eleitorado nacional. No entanto, ao olharmos para as estatísticas referentes à presença e participação das mulheres nos

espaços de atuação político-partidária, concluímos que estamos sub-representadas.

O Brasil ainda enfrenta e vivencia a desigualdade de gênero, a qual tem se refletido fortemente no espaço político, sendo que a política de cotas sozinha ainda não conseguiu resultados satisfatórios que apontassem a uma evolução positiva do quadro.

Desde a criação da Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), em 2003, o tema vem sendo debatido, sendo incluído em um capítulo específico no II Plano Nacional de Políticas para Mulheres: Participação das Mulheres nos espaços de poder e decisão. As ações do capítulo estão voltadas para diversas frentes, desde a participação em organizações da sociedade, passando pelos partidos políticos, até a ocupação de cargos e de mandatos eletivos no Estado (legislativo e executivo) e nas instâncias federal, estadual, distrital e municipal³.

Outro passo importante de trabalho nesse campo no Brasil foi a constituição do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos (FNIMPP), em 2006, o que possibilitou a discussão política sobre assuntos de comum interesse na atuação pluripartidária e suprapartidária, sobretudo no que diz respeito à temática de gênero nos partidos políticos. Assim, o debate da participação, das limitações e desafios para a transformação da sub-representação das mulheres é propiciado.

A aprovação da Lei 12.034/2009, alterou o artigo que regulamentava as cotas, obrigando o preenchimento das vagas, e não mais apenas uma reserva, obrigando também a utilização de no mínimo 5% dos recursos do Fundo Partidário para a promoção da participação política das mulheres. A reserva de pelo menos 10% da propaganda partidária gratuita para as mulheres dos partidos políticos também foi obrigada.

3 II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p. Disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br/>. Acesso em 27/08/2015.

Em 2015, especificamente no mês de junho, a Câmara Federal rejeitou uma proposta que reserva uma cota mínima de 15% para todas as cadeiras parlamentares no país para as mulheres. Por se tratar de uma proposta emenda à Constituição (PEC), a medida precisava de 308 votos a favor, mas recebeu apenas 293. Os votos contrários foram 108 e houve abstinência de 53 deputados.

Se entrasse em vigor, o percentual seria aplicado gradualmente: 10% na primeira legislatura, 12% na segunda e, finalmente, 15% na Terceira. A matéria precisaria ainda ser aprovada em segundo turno na Câmara e em outros dois turnos no Senado. A medida valeria para as vagas na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas dos estados e nas câmaras municipais, não se aplicando ao Senado.

Essa dificuldade de garantir a maior participação das mulheres na política apresenta um quadro da sub-representação, já que as mulheres que ocupam esses cargos são em número significativamente inferior ao dos homens. E justamente, o objetivo deste trabalho é averiguar e estudar o fato de mesmo com esse direito de participação garantido, e tomando como caso a cidade de Guarapuava, existir a sub-representação. Cabe analisar o processo da participação feminina no cenário político de maneira a considerar os fatores históricos e socioculturais que colaborou para a manutenção do quadro no município.

Para a execução desta pesquisa, tomei como base as histórias de mulheres que ocupam cargos de poder no município de Guarapuava-PR, afinando a pesquisa para o estudo de caso. Entretanto, vale-se ressaltar a importância de exemplos de outras regiões e/ou casos para a constatação e averiguação do problema. Dessa maneira, a pesquisa se direcionou de forma exploratória, por meio de levantamento bibliográfico sobre o tema e por meio do método da história oral.

As entrevistas contribuíram para um melhor entendimento dos problemas enfrentados pelas candidatas durante período de campanha eleitoral e mandatos. Observou-se que todas já possuíam uma trajetória política há determinado tempo, e apresentam uma faixa etária superior à dos homens que conquistam pela

primeira vez um espaço nesses mesmos cargos. As fontes para todas as entrevistas foram então transcritas e analisadas considerando o viés de uma abordagem qualitativa ao problema e de natureza aplicada.

É importante salientar que durante as entrevistas a história de luta pela conquista do espaço político de cada uma das mulheres foi relevada, suas lutas políticas ou as propostas e trabalhos desempenhados antes ou depois de serem eleitas receberam atenção para discussão, entretanto os temas foram tratados com parcialidade para não influir questões políticas na pesquisa. As entrevistas foram realizadas e transcritas de maneira imparcial, sempre destacando o trabalho pela tomada de espaço na política por esses sujeitos, sendo que foram lidas à luz da teoria feminista. Partindo desses princípios, o problema foi confrontado com os dados bibliográficos a fim de questionar a baixa participação de mulheres no quadro político.

A dissertação se desenvolveu a partir do ponto de vista da pesquisa exploratória, que de acordo com Gil (1999) visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Em geral, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso por meio da história oral.

Considerando tais aspectos sobre o tema, este trabalho pretende oferecer uma contribuição teórica para um despertar nas pesquisas acadêmicas e políticas sobre o problema, incentivando a conscientização para a tomada de estratégias e ampliação da participação das mulheres nos espaços políticos. Mais mulheres ocupando espaços no poder, não significa apenas uma democracia mais efetiva, superando conceitos de desigualdade entre gêneros e mesmo sociais, significa a participação da sociedade como um todo na esfera pública, com toda sua representação.

A dissertação foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e da execução de entrevistas, pelas quais é possível compreender a história de luta de mulheres pela conquista de espaço em cargos de poder na Câmara Municipal de

Guarapuava-PR. Ao mesmo tempo buscamos o levantamento de possibilidades para a aplicação do estudo de caso, tomando como base as mulheres que ocupam cargos no executivo ou legislativo no município. Dessa forma, estudou-se o caso de três mulheres por meio da metodologia da história oral, e após o término das entrevistas, os dados obtidos foram confrontados com o estudo bibliográfico, o que permitiu a revisão e análise global do texto da dissertação para a finalização.

Considerando que a história oral centra-se na história humana e na sua capacidade de rememorar o passado (ALBERTI, 1989), ela pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, e mostra-se um método bastante promissor para a realização de pesquisas em diversas áreas. É importante levantar o fato de que de acordo com Patai (2010), a história oral não chega até nós de forma inalterada, afinal as pessoas abrem seus corações diretamente aos nossos ouvidos. Dependendo da intervenção de um entrevistador que coleta e apresenta uma versão das histórias colhidas, nem mesmo as histórias existem puras e imutáveis em alguma esfera externa às vicissitudes da interação humana. Assim, é preciso cuidado na utilização da fonte oral. De acordo com Thompson (1992), ela deve ser submetida a uma minuciosa reflexão crítica e metodológica, além de possuir um amplo conhecimento das críticas pois os depoimentos orais são fontes subjetivas, relativas à memória individual que muitas vezes pode ser falível. O autor, entretanto, defende o uso da metodologia afirmando que “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história, transformando os objetos de estudo em sujeitos (THOMPSON, 1992)”.

Por meio das entrevistas realizadas, um dos objetivos foi analisar de que maneira a vida dessas mulheres se apresenta a elas mesmas, partindo da trajetória de cada uma delas para perceber as limitações culturais e os caminhos que direcionam suas vidas. Para Patai (2010) o indivíduo é construído numa determinada sociedade, e mantém os padrões dessa mesma sociedade, entretanto, a história de vida deve ser considerada como um documento único e valioso, aspecto que não pode ser negligenciado em busca de generalizações.

No decorrer da produção desta dissertação, nos deparamos com o confronto de literaturas no que se refere à linha de pesquisa estudada no

programa do curso e acerca da temática do projeto de pesquisa, além de desenvolver um plano que delimitasse e oferecesse metodologia ao tema e desenvolvimento da pesquisa.

O texto foi dividido em quatro capítulos. O primeiro se refere à condição da mulher na sociedade, onde tratamos sobre a questão do sistema patriarcal que marginalizou a mulher perante os fatores sociais, considerando que a história das mulheres é uma história de lutas e combates às diferentes formas de opressão e manifestação de opressões.

Para compreender porque as mulheres estão subrepresentadas nos espaços institucionalizados da política e do poder, faz-se necessário compreender primeiro porque as mulheres, de alguma forma, após tantas conquistas, ainda se encontram em desvantagem social, política e econômica e em relação aos homens.

Essa permanência da subordinação e opressão, mesmo menor que em tempos anteriores, pode ser explicada por meio de teorias, que analisam as condições de emergência da supremacia masculina, patriarcal, branca e heterossexual nos campos sociais e políticos, em meio de diferentes enfoques teóricos e disciplinares.

Neste primeiro capítulo definimos o conceito de gênero, que surgiu em meados dos anos 70 nos Estados Unidos e disseminou-se na ciência e na academia a partir dos anos 80, sendo que seu estudo surgiu para distinguir o “sexo”, e pode ser entendido como um produto da atividade humana sob os olhos de muitos teóricos.

Trata-se aqui sobre a questão da construção do sujeito na modernidade, onde o levantamento da bibliografia foi baseado na influência que os sistemas sociais, bem como a religião e a mídia exercem sobre os sujeitos e colaboram para que estes ajam de determinada maneira. Determinando na maioria das vezes o “modus operandi” de cada indivíduo. Neste caso, como nosso foco de estudo é a mulher política e sua participação nos quadros de poder, este capítulo fornece dados que nos auxiliam na compreensão dos fatores que levam à sub-

representação feminina nos cargos políticos, fator que pode ser influenciado por ideologias, pela mídia, ou pelos discursos de poder.

O segundo capítulo trata sobre a história de luta das mulheres para galgarem seu espaço na sociedade e conquista de direitos iguais no Brasil. Devemos considerar neste capítulo a existência das quatro ondas do movimento feminista no país, que se classificam de suma importância para o desenvolvimento e alcance de direitos e políticas voltadas à emancipação feminina. Destaca-se neste momento, pontos históricos importantes no decorrer das últimas décadas que contribuíram para a luta feminista.

No terceiro e último capítulo, as entrevistas com as mulheres políticas eleitas e não eleitas tomam corpo no texto. Suas histórias na vida política são relatadas, bem como os desafios encontrados na conquista do espaço e dificuldades que ainda permanecem no meio político quando o assunto é a assimetria de gênero.

Para a formulação desse capítulo o primeiro passo, que seria ter o primeiro contato e apresentar o plano de dissertação e ideias para essas mulheres, já foi dado. Em um primeiro momento procurei pelas figuras femininas mais representativas no momento na cidade de Guarapuava, a vice-prefeita Eva Schran e a vereadora Nerci Guiné, que se propuseram em levantar documentos e dados dos mandatos para juntar à pesquisa. Também considerei importante relatar a história de outra atuante política, entretanto em mandato anterior, Maria Magdalena Nerone, que representa parte da história política das mulheres do município, a partir de sua luta. A vereadora Nerci Guiné ainda está no primeiro mandato como vereadora, mas possui uma grande representatividade junto à sociedade guarapuavana, pois conquistou um expressivo número de votos na última eleição. A vice-prefeita Eva Schran pode ser considerada a mulher que mais se destacou na política guarapuavana até o momento, pois tem se dedicado às causas das mulheres desde seu mandato como vereadora. Na atual gestão conseguiu apoio para abrir a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres em Guarapuava, que se configura como uma das cidades mais violentas para

mulheres no Estado do Paraná. Entretanto, como o objetivo em questão não é tratar do trabalho dessas mulheres, mas sim do processo de inserção delas na política, nos ateremos a destacar suas trajetórias no que se refere à participação na política enquanto mulheres.

CAPÍTULO I: TRAJETÓRIAS DAS MULHERES NO ESPAÇO POLÍTICO

Esta dissertação objetiva elencar alguns desdobramentos históricos sobre a trajetória da mulher na sociedade em busca de equidade de gênero no meio político. Para tanto neste capítulo, definimos o conceito de gênero, que surgiu em meados dos anos 1970 nos Estados Unidos da América e disseminou-se na ciência e na academia a partir dos anos 1980 e no Brasil a partir da década de 1990 como categoria de análise histórica.

Levando em consideração o fato de que no Brasil, país marcado por profundas desigualdades, a posição das mulheres na sociedade se modificou ao longo das últimas décadas, algo visível a começar pela maior presença feminina no ensino superior e no mercado de trabalho, nos deparamos com o patriarcado como forma vigente de organização social. Fato que na maior parte da história não foi camuflado, mas assumido como um reflexo da natureza diferenciadas dos dois sexos e necessário para que houvesse o progresso e até mesmo a sobrevivência da espécie.

O feminismo e seu conseqüente pensamento se mostrou crucial para o debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas e ocidentais, abrindo portas para a tematização e questionamento das categorias por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia (BIROLI e MIGUEL, 2014).

O desafio de compreender a reprodução das desigualdades de gênero em contextos que prevalecem direitos iguais, nos leva a refletir sobre a história de luta pela libertação feminina e sobre a opressão que permaneceu durante séculos na sociedade ocidental.

1.1. Relações de opressão e sociedade

A história das mulheres é marcada por lutas e combates às formas de opressão presentes na sociedade. Conceitos como patriarcado⁴, dominação de classe e dominação sexual estão ligadas às experiências sociais enfrentadas pelas mulheres, e ainda hoje, nos cabe afirmar que estamos longe de tê-los superado.

Para entender a sub-representação das mulheres nos espaços institucionalizados e de poder, é primeiramente necessário compreender alguns dos motivos de a figura feminina se encontrar ainda em desvantagem em vários espaços em relação aos homens. Procurar por causas universais, ou pelas origens do patriarcalismo e opressão contra as mulheres, seria uma maneira de incorrer ao essencialismo. Entretanto é necessário entender e explicar a permanência da subordinação e opressão sofridas pelas mulheres nos dias atuais, mesmo após o reconhecimento dos direitos e leis que garantem o bem-estar e participação feminina na sociedade.

Estudos antropológicos apontam que nem sempre as organizações humanas foram da forma como conhecemos, sendo que correntes do pensamento feminista surgidas nos Estados Unidos e Inglaterra a partir da década de 1960, apresentam diferenças na percepção das origens e causas da opressão. Entre essas correntes, algumas vertentes do pensamento socialista têm uma postura clara no que se refere às causas da opressão contra as mulheres. Seguindo os pensamentos de Engels, no século XIX, no livro *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado* (1884), obra que possibilitou a construção de um caminho para a libertação da mulher, somos orientados pela ideia de que a divisão do trabalho baseada no sexo implicou na desigualdade e opressão sexual, tais como as formas de parentesco e a família, teriam uma base material na estrutura de classes.

⁴ O uso do termo patriarcado é controverso para algumas autoras, como Sylvia Walby (1990) e Carole Pateman (1988), pois as instituições patriarcais foram transformadas, mas a dominação masculina permanece (BIROLI e MIGUEL, 2014), portanto, falar em “dominação masculina” seria mais apropriado e alcançaria um fenômeno mais geral.

A obra apontava que no início da história da humanidade, as primeiras sociedades humanas eram matrilineares, coletivistas, tribais e nômades, e organizavam-se em torno da figura materna. Papéis sexuais e sociais de homens e mulheres não eram exatamente definidos, as relações eram poligâmicas e as crianças ficavam aos cuidados de todos da comunidade. Mais tarde, com a descoberta da agricultura, caça e fogo, as comunidades passaram a se fixar em territórios, quando os homens, grupo a qual cabia a função da caça, passaram a se vincular com grupos e espaços externos. As mulheres, cabendo o cultivo da terra, o preparo dos alimentos e o cuidado com as crianças, permaneciam restritas aos afazeres domésticos. Passou-se então a conhecer o papel do homem na reprodução, e as relações passaram a ser monogâmicas, criando-se a figura das famílias nucleares e alicerçadas no modelo patriarcal, com o objetivo de se garantir o direito de propriedade privada e de herança aos filhos legítimos.

À medida, portanto, que as riquezas aumentavam estas davam ao homem, por um lado, uma situação mais importante na família que a da mulher, e, por outro lado, faziam nascer nele a ideia de utilização dessa situação a fim de que revertesse em benefício dos filhos a ordem de sucessão tradicional. Mas isso não podia ser feito enquanto permanecia em vigor a filiação segundo o direito materno. Este deveria, assim, ser abolido e foi o que se verificou (MARX, ENGELS, 1981).

Engels tinha plena consciência no que dizia respeito à libertação da mulher. Para ele ficava claro que a “reversão do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino. O homem passou a governar também na casa, a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do prazer do homem e um simples instrumento de reprodução” (1980). A monogamia, portanto “não apareceria de modo algum, na história, como a reconciliação entre o homem e a mulher e menos ainda como a sua forma mais elevada. Ao contrário, ela manifesta-se como a submissão de um sexo ao outro, como a proclamação de um conflito entre os sexos, desconhecido até então em toda a pré-história (1980)”. O autor conclui com relação à monogamia, que:

[...]o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do

sexo feminino pelo sexo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, ela abre, ao lado da escravidão e da propriedade privada, a época que dura ainda hoje, onde cada passo para frente é ao mesmo tempo um relativo passo atrás, o bem-estar e o progresso de uns se realizam através da infelicidade e do recalçamento de outros (MARX, ENGELS, LENIN, 1980, p. 22-23).

Portanto, a monogamia teria sido fundada sob a dominação do homem, e somente o homem poderia romper esse laço (matrimonial), sendo que o direito da infidelidade conjugal era-lhe garantido pelo menos pelos costumes. No entanto, a mulher que desejasse conquistar sua liberdade sexual seria “punida mais severamente do que em qualquer outra época precedente”. Nesta forma de casamento e de família, “aquilo que para a mulher é um crime de graves consequências legais e sociais, para o homem é algo considerado honroso, ou, quando muito, uma leve mancha moral que se carrega com satisfação (ENGELS, 1974, p.81)”.

Nesse momento, além das mulheres estarem sujeitas ao controle dos homens, passaram também a ser controladas pelas instituições religiosas e científicas, instituindo-se o modelo patriarcal e a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres. Esse regime - o patriarcal – é considerado uma forma de organização social onde as relações são regidas por dois princípios básicos: (1) todas as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens e (2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos (subordinados à autoridade paterna). A partir desses princípios, o patriarcado foi difundido. Tal forma se incumbiu também de valorizar as atividades que eram tidas como masculinas em detrimento das atividades que eram consideradas como femininas. Dessa forma, estabelecia-se o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia das mulheres, de maneira a definir papéis sexuais, políticos e sociais.

É importante nesta dissertação, apresentarmos não apenas uma vertente de estudo, para que possamos definir e entender diferentes pontos de vista do mesmo assunto. Aqui temos priorizado a teoria feminista, mas o patriarcado é um tema controverso, mesmo quando analisado sob a luz dos estudos feministas. O tema “patriarcado” foi criticado por outros autores, como por exemplo, Lobo (1992)

e Rowbotham (1984), em função de seu caráter a-histórico e determinista. Castro e Lavinias (1992), por outro lado, enfatizaram o conceito, justificando que ele possui delimitações claras ao descrever um tipo de dominação. Para tais autores, falar em “sociedade patriarcal” nos dias de hoje seria inadequado, pois se refere a um movimento de cristalização da dominação masculina e impossibilitaria pensar na mudança e transformação dessa sociedade. Outra autora, Paterman, considera uma teoria política feminista relevante: “o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública (PATERMAN, 1993, p. 167)”. Nesse sentido, há sim, para a autora, uma forma de patriarcado nos dias de hoje, e teria se alterado na sua configuração, mas mantido seus princípios nos parâmetros atuais do pensamento ocidental tradicional.

Entretanto, essa forma de dominação/opressão também se associou ao sistema capitalista de produção, como nas revoluções burguesas, a Independência Americana (reconhecida em 1783), a Revolução Francesa, de 1789 – 1799 e a revolução Industrial na Inglaterra entre 1811 a 1830. Em determinadas épocas, o patriarca era dono das propriedades e dos escravos, relação que ocorria também com as mulheres e crianças, e cabia-lhe ordenar a vida de seus subordinados, ao qual também era conferido o direito de matar quem lhe desobedecesse.

Marx e Engels concluíram que o poder masculino e a submissão da mulher não seriam eternos, como diziam as religiões e as pseudociências racistas e sexistas da época. A monogamia gerava uma sociedade essencialmente hipócrita e Engels ironiza:

Os homens haviam obtido vitória sobre as mulheres, mas derrotadas se encarregaram generosamente de coroar a frente dos vencedores. Ao lado da monogamia e do heterismo, o adultério torna-se uma instituição social fatal – proscria, rigorosamente punida, mas impossível de ser suprimida. A certidão da paternidade repousa, antes e depois (...) na convicção moral, e, para resolver a insolúvel contradição, o código de Napoleão decreta, art. 312: ‘A criança concebida durante o casamento tem por pai o marido’. Eis aí o último resultado de três mil anos de monogamia” (MARX, ENGELS, LENIN, 1980, p. 24-25).

Lembramos que Marx e Engels escreveram estas palavras em 1884, quando a monogamia patriarcal reinava quase absoluta no mundo. O primeiro passo para emancipação seria a incorporação da mulher no trabalho social produtivo. Para Engels (e para Marx):

[...] a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante (ENGELS, 1974 p.182).

O capitalismo iniciou uma revolução denominada democrática, porém, mostrou-se incapaz de concluí-la. A forma monogâmico-patriarcal, que está no princípio da dominação sob a mulher, nasceu justamente com a concentração das grandes riquezas nas mesmas mãos, as dos homens. Assim, “a preponderância do homem no casamento é uma simples consequência da sua preponderância econômica e desaparecerá com esta (MARX, ENGELS, LENIN, 1980, p. 24-25)”.

Para Engels, a superação desse estado deveria passar por uma revolução social que transformasse os meios de produção e riquezas em propriedade social, e somente assim, a conclusão do processo emancipatório feminino passaria pela eliminação da propriedade privada. Tal revolução teria, portanto, um caráter socialista, que “limparia” o terreno para que a libertação da mulher se tornasse realidade. Entretanto, pouquíssimos sinais apontavam que tal fator poderia acontecer.

Outras vertentes do feminismo socialista criticam esta premissa afirmando que as hierarquias de gênero acabaram persistindo nos países socialistas, nos quais houve transformação na organização social que poderia libertar as mulheres. Entretanto, percebe-se que nesse caso, apesar da mulher ainda não ter conquistado o mesmo espaço que o homem ocupa na sociedade, houve uma abertura maior para a sua introdução em cargos relacionados à política e serviços privados por exemplo.

Com base nessas experiências, considerar o sexo como “contradição secundária” e “a produção como força motriz principal para a mudança social” não seriam argumentos necessários para que se pudesse promover as mudanças

necessárias. Nesse sentido, conforme a vertente marxista, baseada nas palavras de Engels, as causas principais da opressão feminina estariam ligadas à associação capitalismo/patriarcado, considerando a produção e reprodução como igualmente determinantes.

O feminismo radical entende as causas da opressão contra as mulheres de maneira diferente. Shulamith Firestone, uma das principais pensadoras dessa corrente, afirma, no livro *a Dialética do Sexo* (1976), que as origens da subordinação feminina estão no processo reprodutivo. De acordo com a autora, os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução são os fatores de onde derivam as características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres. Portanto, as diferenças entre os papéis sociais, econômicos entre mulheres e homens, o poder político e a psicologia coletiva, seriam resultado da maneira como se reproduzem os seres humanos. Firestone afirma que o papel das mulheres no processo reprodutivo as torna prisioneiras da biologia, forçando-as a depender dos homens.

Sob esse ponto de vista, a única forma de derrotar o patriarcado é quando as mulheres assumirem totalmente o controle sobre a reprodução. A autora ainda acrescenta que a reprodução da espécie deveria ser substituída pela reprodução artificial, pois então as diferenças genitais passariam a não ter mais significado cultural. O corpo, assim, aparece como centro de onde emana e onde convergem a opressão sexual e desigualdade.

Existem, também, outras formas de opressão ligadas às mulheres em relação à raça/cor e à sexualidade, que também surgiram com o advento do capitalismo, lembrando que a discriminação sempre estará associada ao fenômeno da opressão, que oprime um grupo de indivíduos de uma determinada sociedade por possuírem características distintas do padrão dominante. Sabemos que na história sempre houve grupos “diferentes” ou fora dos padrões, e que esses costumavam ter acesso restrito à estrutura social e à base econômica das sociedades em que viviam. Com espaços nulos ou limitados nas escolas, templos religiosos, instituições estatais e poder político, tinham tratamento desprivilegiado nas leis e justiça. Muito embora mulheres e homens possam ter a mesma

capacidade, possuem diferenças biológicas, e são justamente tais diferenças que eram consideradas perante os olhos da lei ou da moral.

O sistema capitalista, portanto, manteve a discriminação advinda do patriarcalismo para novamente utilizá-la para seus próprios fins, mantendo e criando amplas camadas de trabalhadores sem acesso a propriedade dos meios de produção, criando a sociedade de classes e permitindo a exploração de uma classe sobre a outra – explorando ainda mais o grupo feminino com o trabalho doméstico.

A construção de padrões sexuais também se torna uma forma de opressão, mais ainda quando o padrão de exercício da sexualidade seria exclusivamente pela heterossexualidade. Quando o indivíduo “foge” desse padrão, não é percebido como “normal”, “moral” ou “merecedor de ajuda do Estado” ou mesmo de legitimação social.

Dessa maneira, a cultura patriarcal acaba por não constituir o fator explicativo da discriminação contra a mulher, mas acaba por “revestir” as necessidades de um modo de produção discriminador. Neste ponto, ela acaba por viabilizar a marginalização de amplos contingentes humanos. De acordo com Safiotti (2004) “a economia capitalista não tem condições de absorver, não necessitando recorrer à elaboração de sofisticadas ideologias, a fim de manter no lar extensas massas femininas”.

O Brasil conta atualmente com 37% das residências chefiadas por mulheres, sendo que há uma década atrás esse percentual era de 22%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁵. No entanto, pouca riqueza está localizada nas mãos dessas chefas de família, haja vista que os salários ainda são desproporcionais entre homens e mulheres e a renda delas é destinada exclusivamente às despesas do dia-a-dia. Entende-se assim, que as desigualdades ainda prosseguem, pois ainda existem múltiplas formas de

⁵ Disponível no portal de notícias www.em.com.br sessão de economia.

http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/11/01/internas_economia,585700/domicilios-comandados-por-mulheres-no-pais-passa-de-22-para-37-em-uma-decada.shtml.

Acesso em 07/08/2015.

opressão. O sistema capitalista pode ser visto como reprodutor e amplificador dessas formas, pois as mantém, beneficia-se e depende delas.

É importante considerar que para entender a opressão vivenciada pelas mulheres, partimos do pressuposto de que homens e mulheres vivem sob determinadas condições subjetivas e objetivas, que são produto das relações sociais. O que significa que os indivíduos fazem a história, mas dependem da sociabilidade do capital e das condições materiais, que podem surgir como um grande obstáculo que limita o desenvolvimento pleno e livre da individualidade. Por isso, percebemos a existência de indivíduos despotencializados em sua criatividade e capacidade reflexiva, que apenas reproduzem práticas a fim de reiterar processos de alienação e subalternidade. Nesse caso, observamos a maior apropriação pelos homens do poder de escolha e decisão, o que resulta em opressão. Dessa forma, também vão sendo construídos e redefinidos papéis que mulheres e homens assumem na sociedade.

Atualmente, o parâmetro apresentado, com relação aos espaços de ocupação das mulheres na sociedade, é relativamente diferente. Pierre Bourdieu (1998) ressalta que o trabalho de feministas trouxe frutos positivos e fundamentais para a organização social, abrindo novos espaços e frentes de atuação para mulheres, porém não representou uma equalização nas relações de gênero. Para o autor, o processo de diferenciação entre homens e mulheres se deslocou, atuando na apreciação do valor da atividade masculina e feminina, em que a forma de organização social androcêntrica permanece. Baseado nessa constatação, Bourdieu demonstra que a mudança social que se refere à equidade de gênero, deve partir das instituições que produzem e reproduzem o imaginário androcêntrico – família, escola, Igreja e Estado.

Bourdieu acredita que os homens e mulheres são construídos socialmente, seus corpos são construídos socialmente, e essa construção é incorporada ou somatizada, inscrevendo nos corpos estruturas de percepção do mundo social que diferenciam homens e mulheres a partir de um sistema de oposições homólogas, na qual ao homem cabem as categorias positivas e à mulher as negativas. Esse

processo seria então definido por ele como violência simbólica (BOURDIEU, 1998).

Para Bourdieu, a construção social de homens e mulheres estaria fundada na ordem simbólica (1998, p.45). Esta ordem simbólica é conhecida e reconhecida, pois faz parte do *habitus* de homens e mulheres, que estão condicionados a perceber o mundo somente a partir das categorias de percepção a que estão acostumados, ou seja, que esta mesma ordem simbólica imputa.

Em *A Dominação Masculina* (1999), a (re)produção da opressão é explicada a partir do conceito de *habitus*, sistema que é, socialmente constituído, de disposições cognitivas e somáticas, modo de ser, estado habitual, especialmente do corpo. A subjetividade entre os gêneros é então estruturada internamente e expressada por meio de posturas masculinas ou femininas (experiência do indivíduo), e é continuamente reforçada pela realidade social, ou por uma organização social baseada em divisões de gênero.

O *habitus* de gênero seria então para o autor, fruto da educação informal e de um trabalho pedagógico psicossomático de nomeação, que tem início no processo de socialização infantil e continua ao longo constantes estratégias educativas de diferenciação, momento em que o sexo deve ser definido por meio de comportamentos sociais. Em outras vezes, fatores como família, Igreja, escola e os meios de comunicação reforçam essa diferenciação e denominação.

Ao tratarmos do *habitus* relacionado à violência simbólica a qual se refere Bourdieu, e a opressão, percebemos a ligação que está alicerçada na adesão do dominado ao dominante, ou seja, à relação de dominação, onde o ser social é um produto de classificação naturalizado pelas categorias sociais sob o ponto de vista dos dominantes.

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através os esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os

homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe. (BOURDIEU, 1999, p. 49-50)

As razões e as justificativas que mantêm as relações de dominação estão enraizadas em um corpo nelas formado e conformado, tanto nas emoções, paixões e sentimentos, de onde decorre o conflito entre discurso e comportamento, intenção e ação:

Os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e os dominados, que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à sua revelia, ou até contra a sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de emoções corporais: vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa; ou de paixões e de sentimentos: amor, admiração, respeito; emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até contra a vontade, ao juízo dominante, ou outras tantas maneiras de vivenciar, não raro com conflito interno e clivagem do ego, a cumplicidade subterrânea que um corpo que se subtrai às diretivas da consciência e da vontade estabelece com as censuras inerentes às estruturas sociais. (BOURDIEU, 1999, p. 51)

Para Bourdieu (1999), em alusão a teorização de Judith Butler, "o trabalho de construção simbólica não se reduz a uma operação estritamente performativa que oriente e estruture as representações, a começar pelas representações do corpo, uma transformação profunda e duradoura dos corpos - e dos cérebros". O que exige um trabalho de definição dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais. Desse modo, as expressões femininas e masculinas são produto de uma nominação social, onde as identidades sociais são instituídas, ou desenhadas, a fim de inserirem-se em uma natureza biológica, que se configura nas identidades diferenciadas.

Ao reconhecer que "o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados que só se subordinam a ele porque o constroem como poder" (1999, p. 52), Bourdieu sinaliza a necessidade de uma consciência libertadora, afirmando que a dominação não é um efeito ideológico "e sim um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos" (p. 53-54).

Desse modo, as conquistas sociais e políticas obtidas pelo movimento feminista no século XX (incluindo direitos civis para as mulheres - à educação, ao voto, ao trabalho, à reprodução voluntária - e maior liberdade nos costumes, da vestimenta ao prazer sexual) trouxeram grandes avanços para as mulheres, mas é igualmente evidente que a dominação masculina, bem como a opressão, ainda permanece em todos os campos da vida social. E nesse aspecto, não só as mulheres, mas os homens, também são vítimas e prisioneiros da representação dominante que determina o modo de viver e agir desses na sociedade.

1.2. Gênero como categoria de análise

O conceito de gênero surgiu em meados dos anos 70 (OAKLEY, 1972; RUBIN, 1975; SCOTT, 1988), nos Estados Unidos se disseminou nas ciências e na academia a partir da década de 1980. Entendido como uma reformulação textual, o conceito surgiu para distinguir e separar definitivamente o termo sexo, categoria analítica determinada pela biologia, do termo “gênero (SCOTT,1988)”.

O gênero objetiva enfatizar os traços de construção histórica, social e política estabelecidos entre homens e mulheres e suas diferenças sexuais, implicando em uma análise acerca das relações. Ao realizarmos uma análise dos dois termos, entendemos que ambos fazem parte da construção política das palavras, tendo sido alvo de pesquisa e reflexão a partir de sentidos adquiridos no discurso médico-científico, na zoologia, na literatura e também nas áreas de ciências humanas e sociais.

A clássica definição de gênero surgiu a partir da colocação em debate do conceito de “sistema sexo/gênero”: “um sistema de sexo/gênero é um conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual estas necessidades sexuais são satisfeitas” (RUBIN, 1975). Como sistema de classificação, o conceito de gênero tem sido acionado de maneira dicotômica: homens e mulheres para referir-se à lógica das diferenças entre o feminino e o masculino, e inclusive a diferença entre

a homo e heterossexualidade, chegando a uma fronteira muito próxima com o conceito de sexualidade.

A maneira como mulheres e homens comportam-se diante dos diferentes contextos sociais passou a ser compreendida como fruto de um processo de aprendizagem sociocultural de gênero, que por sua vez, ensina cada um a agir conforme as prescrições já estabelecidas para cada sexo. Percebe-se assim que as dimensões, os sentidos, os símbolos, os significados sociais e políticos estão associados aos sexos de maneira distinta. O masculino ou o feminino se constroem de modo proporcionalmente diferenciado e frequentemente assimétrico e desigual. No meio social espera-se que os homens e as mulheres, sejam hetero ou homossexualmente orientados, devam andar, mostrar seu corpo, se sentar, comer, falar, amar ou fazer política. Dessa maneira o gênero se constrói, mas não se estabelece ou se estabiliza sem uma “base” que organiza seus funcionamentos.

Geralmente, as diferenças de gênero são interpretadas como naturais, como vimos no primeiro tópico deste capítulo, determinadas pelos corpos e pela biologia. Achamos natural que as assimetrias de nossas diferenças sexuais se convertam em locais sociais e políticos, determinando nossa maneira de se comportar, sendo construídas politicamente de maneira a se atentar aos interesses de grupos sociais dominantes. Com isso, devemos considerar que não existe um padrão universal de comportamento sexual e de gênero que possa ser considerado normal ou certo, e muito menos superior. Sabemos que vivenciamos um momento histórico específico, momento em que há formatos específicos de hierarquização social e política, que mapeiam nossa convivência ou segregação social.

A diversidade de autores para o desenvolvimento do conceito de gênero é necessária para o resgate das contribuições teóricas. No pensamento anglo-saxão destacamos a antropóloga Gayle Rubin, que no ano de 1975 cunhou o sentido do sistema sexo/gênero, discutindo também por Joan Scott no texto clássico “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” que tratou de mais eixos vinculados ao conceito. Simone de Beauvoir, Christine Delphy e Daniele Kergoat, cunharam a

expressão “divisão sexual do trabalho doméstico” atentando-se à exploração masculina sobre as mulheres.

Considerando que o conceito de gênero foi elaborado para explicar que o sexo anatômico e o biológico não é elemento definidor dos sentidos e ações humanas, é importante salientar que nem as relações ou culturas humanas que criam os padrões de comportamento, que geralmente são associados aos corpos sexuados. Apesar de sexo, sexualidade e gênero se entrecruzarem, são dimensões diferentes, por isso, comportamentos opressores não se justificam, bem como, também não se justifica uma mulher ter comportamento frágil e ligados ao que os padrões sociais determinam.

A categoria “gênero” possibilitou uma nova ótica analítica, que, por sua vez, transversalizou as dimensões de classe, idade, raça e sexo, de modo a contribuir em grande escala aos estudos nas ciências humanas e sociais, evidenciando as estruturas de opressão que vem sendo mantidas e reforçadas através dos séculos e nos espaços sociais. Assim, houve o início dos questionamentos das categorias de homem e masculino e mulher e feminino, que então vem passando por um processo de desconstrução.

Joan Scott, de tal modo, busca compreender o papel das relações entre gêneros na constituição da sociedade, onde está diretamente inclusa a dimensão política. De modo geral, assim como Scott, as investigações acerca do termo gênero, buscam, compreender a interação entre o masculino e o feminino na totalidade da vida social (BRITO, 2001).

Quando Scott propõe abarcar dois argumentos centrais na definição de gênero, não podemos substituir um conceito por outro, de modo a remeter a categoria somente à dominação masculina. Entende-se, de acordo com Scott, que o primeiro argumento é biológico, e este, não explica os diferentes comportamentos de homens e mulheres, pois são produtos de natureza social, aprendidos, internalizados e reproduzidos. O outro argumento refere-se à noção de que um poder é desigualmente distribuído entre os sexos, e se este age no intuito de inferiorizar as mulheres, ele aproxima o conceito de “gênero” ao de “patriarcado”. Ao definir “gênero”, Scott esforça-se em demonstrar que há uma

relação entre gênero e poder, afirmando que “o núcleo da definição [de gênero] repousa numa conexão integral entre duas proposições: 1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (1995, p. 86)”.

Quando Scott afirma que “gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”, acaba por propor que utilizemos a perspectiva foucaultiana de poder, onde podemos entender que o termo conceitua um jogo de desiguais que acabam por constituir práticas discursivas nos campos sociais. Neste caso, visto que grande parte dos estudos feministas contemporâneos se baseiam em referenciais da filosofia foucaultiana, torna-se válido realizar aqui, uma rápida abordagem sobre as contribuições de Michel Foucault para o feminismo.

O autor analisa os diferentes mecanismos e consequências do poder sobre a sociedade, investigando o exercício do poder, onde se consegue a sujeição e controle dos gestos, discursos e atitudes presentes nos indivíduos (2007). E é no exercício dos micropoderes vivenciados na vida cotidiana que se formam redes hierárquicas onde cada indivíduo funciona como um centro de transmissão de poder (1982). Por isso, para Foucault, não se possui o poder, se exerce-o.

Este ponto é fundamental para o encaminhamento das discussões desta pesquisa, no que tange ao exercício do poder e suas manifestações por meio de diferentes expressões. Afinal, quando falamos em poder, instantaneamente nos vem à mente ideias que remetem às estruturas de poder político, aos governos, nações, instituições e relações entre patrões e empregados. Entretanto Foucault não se refere apenas a esse tipo de poder, mas na sua manifestação nas relações humanas.

Na obra “História da Sexualidade: a vontade de Saber”, que propõe a construir uma concepção do desejo sem a lei e do poder sem o rei, e se torna revolucionário, pois além de romper com características atribuídas ao poder até então, muda também a maneira como concebemos sua natureza. Para ele, o

poder é concebido a partir de uma relação assimétrica e dá sustentação à autoridade.

A partir das considerações de Foucault e do conceito de gênero oferecido por Scott, percebemos que a relação entre masculino e feminino transpassa também pelas relações de poder, presente nos discursos que acabam por orientar valores e práticas sociais de homens e mulheres. Quando Scott conceitua o termo gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseada nas diferenças sociais percebidas entre os sexos (1995, p. 86)”, acaba por implicar quatro elementos inter-relacionados, sendo o primeiro deles os “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (1995, p. 86)”. Aqui a autora observa que as relações sociais utilizam-se de variadas formas de representações simbólicas para significar e representar as interações cotidianas. O segundo aspecto se trata dos conceitos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, “que tentam limitar e conter suas responsabilidades metafóricas”. Tais conceitos estão presentes nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que enfatizam e afirmam que homem e mulher apresentam significados diferentes e são produtos de um consenso social.

O terceiro aspecto vai referir-se à busca pela compreensão, pelo gênero, no que se refere às manifestações de repressão, buscando justificar as relações e posições sociais entre o masculino e o feminino na vida e nas organizações sociais. Para Scott, o gênero se constrói de forma a envolver as diversas instituições sociais, que vão além da família ou das relações de parentesco.

[...] ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco (SCOTT, 1995, p.87).

O quarto e último aspecto da primeira proposição a respeito de gênero apontado por Scott trata da questão da identidade subjetiva. Este elemento trata das formas pelas quais as identidades de gênero são construídas e utiliza as considerações de Pierre Bourdieu sobre como a divisão do mundo opera como uma ilusão coletiva. Associamos nesse caso a ideia de mulher enquanto mãe,

constituída por meio de uma simbologia prescrita na educação, na religião e nas organizações sociais, enquanto o masculino se associa aos cuidados com os bens materiais, produção e ligado às posições de comando.

Partindo à segunda parte da definição de gênero proposta por Scott (1995, p.86), onde é tratado como uma forma primária de oferecer significado às relações de poder, a autora demonstra que o gênero é um campo primário por onde o poder acaba sendo articulado. Os conceitos nesse campo são estruturados e estruturam a percepção e a organização simbólica da vida social. Entendemos aqui, a partir da definição oferecida pela autora, que cada sexo desempenha um papel social específico, impregnado de símbolos socialmente constituídos e reforçados por ideologias. Portanto, nos espaços onde há a preponderância masculina, haverá a preposição de subalternidade da mulher, de modo a ocupar posições e funções sociais consideradas inferiores pela sociedade.

1.3. As contribuições de Pierre Bourdieu

Nesta pesquisa, se torna relevante apontar os estudos de Bourdieu sobre gênero, pois ele critica a naturalização dos fenômenos sociais, inclusive por meio das práticas científicas, afirmando que à medida que passamos a incorporar nossas condições de vida em sociedade, deixamos de nos posicionar criticamente frente a tais condições, o que diminui nossa autonomia frente às questões de cunho social. Esta situação só pode ser revertida com a tomada de uma postura reflexiva, possibilitando uma atitude de mudança de fenômenos criados pelo mundo social. Tais fenômenos não possuem suas lógicas de estruturação visíveis a nós, por isso, de acordo com o sociólogo, deve ser tratado como um mundo passível de investigação. Desse modo, tais questões não podem ser explicadas apenas de acordo com as vivências e concepções de cada indivíduo, mas deve ser levada em consideração as causas que vão além das consciências dos sujeitos (RAMOS E JANUÁRIO. 2007, p. 259-266).

Frente a tal realidade, para Bourdieu, os estudos científicos devem preocupar-se em revelar fatos e relações que em grande parte das vezes estão implícitas, onde se aparentam normalidade ou naturalidade. Então, para que haja o exercício da crítica, surge a necessidade da historicização e a localização desta no lugar específico produzido pela sociedade. A pesquisa então se torna conflitual, já que busca desvendar privilégios, opressões e hierarquias a fim de libertar o indivíduo da ilusão da liberdade (ARAÚJO, ALVEZ E CRUZ, 2009, P.31-40).

uma verdadeira compreensão das mudanças sobrevindas, não só na condição das mulheres, como também nas relações entre os sexos, não pode ser esperada a não ser de uma análise das transformações dos mecanismos e das instituições encarregadas de garantir a perpetuação da ordem dos gêneros (BOURDIEU, p 102-103)

Bourdieu atenta para o fato de que homens e mulheres têm condições diferenciadas na sociedade, onde cada sexo possui papéis específicos que são estabelecidos socialmente, esses se produzem por meio do comportamento de cada um desses indivíduos. Assim, em uma sociedade sexista, tais comportamentos resultam em uma assimetria no relacionamento entre os sexos, onde a mulher acabou por sempre ocupar uma posição social inferior à do homem, e desde muito cedo, pois as lógicas sociais começam a ser inculcadas na vida das pessoas a partir da infância.

Piscitelli (1998) levanta o fato de que, apesar do tema gênero não ser considerado central na abordagem de Bourdieu, se trata de um conceito relacional e uma estrutura de dominação simbólica. As relações de gênero são relações de poder em que "o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas" (BOURDIEU, 1999, p. 23). As diferenças de sexo e gênero integram um conjunto de oposições, "um sistema de relações homólogas e interconectadas": sobre/sob, fora/dentro, alto/baixo, aberto/fechado, ativo/passivo, vazio/cheio, úmido/seco, branco/negro, dia/noite, sol/lua, céu/terra, direito/esquerdo, masculino/feminino (p. 22), que têm significado antropológico e cosmológico. Tais oposições apresentam-se "em estado objetivado nas coisas e em todo o mundo social, e em estado incorporado nos corpos e nos habitus dos agentes" (p. 17).

A diferença entre os sexos, para o autor, deve ser entendida apenas como biológica, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino. Entretanto, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, é vista como justificativa natural pelo entendimento comum para diferenciar socialmente os gêneros e também a divisão social do trabalho. Considerando o fato de que a visão social constrói a diferença anatômica e que é esta diferença construída que fundamenta a visão social que a alicerça, caímos em uma espécie de círculo vicioso que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação (BOURDIEU, 1999, p 20).

Sendo portanto, essa ordem natural, arbitrária, "as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que encontra sua base nos princípios de divisão da razão androcêntrica" (BOURDIEU, 1999, p. 24), que "condensa duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada (p. 33)".

Tendo consciência de que cada gênero é produto de um trabalho de construção, de um trabalho pedagógico de construção de sujeitos, e de corpos masculinos e femininos, Bourdieu refere-se à somatização das relações sociais de dominação como obtida:

à custa, e ao final, de um extraordinário trabalho coletivo de socialização difusa e contínua [em] que as identidades distintivas que a arbitrariedade cultural institui se encarnam em *habitus* claramente diferenciados segundo o princípio de divisão dominante e capazes de perceber o mundo segundo este princípio (BOURDIEU, 1999, p. 33-34).

As relações de gênero então perpassam os âmbitos sociais, estruturando a sociedade e as práticas sociais. Desde muito cedo as pessoas são condicionadas a agirem como homens ou mulheres, cada um se comportando de determinada maneira, já se atribuindo valores institucionais, inclusive por meio da linguagem, onde mulheres e homens devem expressar-se de maneiras distintas. A partir daí cria-se um "*habitus*", ou seja, um sistema de disposições que servirão como estruturas estruturantes. Esse sistema trata-se de um processo de aprendizagem

implícito, em que sua expressão é percebida como uma manifestação natural e social:

A ação de formação, que opera esta construção social do corpo não assume senão muito parcialmente a forma de uma ação pedagógica explícita a essa. Ela é, em sua maior parte, o efeito automático, e sem agente, de uma ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio de divisão androcêntrico (o que explica a enorme força de pressão que ela exerce). Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados. As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres, assinalando-lhes lugares inferiores, ensinando-lhes a postura correta do corpo, atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas. (BOURDIEU, 1999, p. 34)

A dominação esteve sempre garantida por meio do trabalho de reprodução, onde Família, Igreja e Escola desempenharam papel fundamental para que fosse mantida, agindo sempre sobre as estruturas inconscientes do indivíduo. Para Bourdieu é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão. Com relação à Igreja, marcada pelo “antifeminismo profundo”, inculca explicitamente uma moral familiarista e dominada pelos valores patriarcais, e pela ideia de inferioridade das mulheres. Por fim, a escola que,

já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes faculdades, entre as disciplinas ('moles ou duras'), entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser e as maneiras de ver, de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações (p. 103-104).

O autor ainda lembra-se do papel do Estado, que ratifica e reforça as prescrições do patriarcado regulamentando uma existência quotidiana de unidade doméstica como o direito de família.

Se a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível (e não só através do recurso à violência física), o princípio de perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado e em suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas. (p. 138)

Elena Belotti (1987) realiza uma demonstração em sua obra sobre como a educação de meninos e meninas são diferenciadas, agindo no sentido de condicionar o comportamento de cada um. Desde pequenas as meninas são condicionadas a terem uma postura passiva e submissa, enquanto que os meninos são estimulados a adotarem comportamentos ativos e de dominação. Inclusive a postura corporal é ensinada de maneira que possa identificar os sexos, e as brincadeiras diferenciadas são estimuladas. Nessa fase, as práticas e representações são independentes da consciência da criança, aparecem como dadas, entretanto, são fundamentais para as escolhas futuras, onde reproduzirão estruturas aprendidas na infância. Deste modo, as escolhas profissionais e a organização dos relacionamentos, também como as ocupações, estão intimamente ligadas à questão do *habitus*.

Se entendermos o *habitus* como um sistema de disposições, vemos que ele acaba exprimindo o resultado de uma ação estruturante que designa uma maneira de ser, ou uma predisposição ou tendência. Para Bourdieu nossas estruturas mentais sofrem um condicionamento social e acabamos por compartilhar com outros indivíduos percepções e formas de compreensão do mundo que orientam nossas condutas. Esse princípio gerador de práticas denominado *habitus*, funciona também como esquema classificatório e como princípio de visão e divisão de mundo. Ele é o responsável por estabelecer

as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro (BOURDIEU, 2007, p 22).

Desta forma o *habitus* tende a conectar as ações que serão organizadas como estratégias de interação na vida social cotidiana, e como é irreflexivo, está incutido nos corpos de maneira que acaba por influenciar as ações e comportamentos dos indivíduos, e muitas vezes, sem que ele mesmo perceba. O *habitus* está ligado à história de vida dos indivíduos, e se torna um capital que, incorporado em nós, se apresenta como inato. Dessa forma, todos estão

arraigados de um comportamento que acaba por se correlacionar com grupos sociais e assim ocupa também um espaço social. Então a partir de Bourdieu, entendemos que o processo de socialização é que forma o *habitus*, fundando duas características essenciais no sujeito. A primeira seria a percepção e julgamento da realidade social, e a segunda seria um produto das práticas sociais de cada sujeito, na definição da personalidade de cada indivíduo.

O conceito de *habitus* e gênero podem ser vistos como uma injunção, já que o primeiro determina a reprodução do segundo. A partir do momento que o indivíduo percebe isso, ocorre uma ressocialização, ao notar que as escolhas realizadas durante a vida acabam orientadas por esse *habitus*, que pode contribuir para reforçar os papéis e comportamentos de gênero, e acabar naturalizando-os.

Na obra *A Dominação Masculina*, Bourdieu aplica os conceitos de *habitus* e campo para construir a categoria de *Violência Simbólica*. Para o autor a violência simbólica, ou a dominação, está impregnado nas estruturas de pensamento tanto dos dominados quanto dos dominantes, e se expressa nos corpos (2009), mas é uma forma mais sutil de dominação, já que não se utiliza de meios de coerção baseados na força física. Agindo por meios ocultos e simbólicos, o dominado não percebe a dominação e contribui para a própria dominação aceitando os limites impostos sem questionar.

A violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto à dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação (BOURDIEU, 2001, p 207).

De tal modo, os dominados acham normal ocorrer a dominação, pois se sentem assim por natureza, enquanto os dominantes também veem a dominação como natural. As formas de dominação podem se expressar pela língua (ou maneira de falar), por um estilo de vida, ou até mesmo pela cor da pele, sexo, gênero ou orientação sexual. Nossa sociedade, por exemplo, trata como natural a divisão entre os sexos, parecendo ser inevitável ocorrer de outra forma, o que

justifica o fato da dominação masculina apresentar-se de maneira tão forte que dispensaria justificção.

Para Bourdieu, o corpo é um lugar, e nele se inscrevem as lutas pelo poder e é onde o nosso capital cultural está inscrito, sendo a nossa forma de identificação desde que nascemos. Por isso, na visão do autor, o sexo define se seremos os dominados ou os dominadores, sendo o corpo o lugar do exercício do poder apenas pela posse dos órgãos sexuais.

As desigualdades e hierarquias encontradas em nossa sociedade são muitas vezes acarretadas pelas diferenças sociais entre os sexos. As mulheres ao longo da vida deparam-se com concepções que irão determinar sua moral perante à sociedade, pois delas espera-se “feminilidade”, o que significa que devem agir de modo delicado, que sejam sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, e demonstrem até insegurança. Quando ocorre ao contrário, são julgadas pela sociedade como se tomassem uma postura “errada”, fora dos padrões e inaceitável.

Quando elas passam a ocupar cargos de poder, cargos públicos e posições mais elevadas profissionalmente, a dominação masculina impera, agindo com mais força sobre essas personagens, com olhares atentos a cada atitude tomada por elas.

o acesso ao poder, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de *doublé bind*: se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da ‘feminilidade’ e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inaptas à situação (BOURDIEU, 2001, p 84).

Isso justifica o fato de que ao entrar para a carreira política, muitas mulheres passam a adotar diversas estratégias, às vezes irrefletidas, para firmarem sua posição, o que acarreta em críticas vindas da mídia e da população⁶.

Se é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente

⁶ Como exemplo o caso de Dilma Rousseff, que enfrentou, e ainda enfrenta inúmeras críticas perante a sua forma de atuação política. Esta questão será tratada em capítulo seguinte.

inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações) (BOURDIEU, 2001, p 51).

Bourdieu afirma que a única maneira de haver transformação nesse cenário é aumentando o acesso das mulheres à instrução, à independência econômica e incentivando a transformação das estruturas familiares. Todavia, o estágio atual das diferenças de gênero encontradas na nossa sociedade, se mostra distante desses pontos, pois ainda encontramos, por exemplo, uma persistência da sexualização nos cursos e carreiras, apesar do acesso das mulheres à educação ter aumentado significativamente. No mercado de trabalho, em grande maioria, "as mulheres ocupam sempre as posições mais baixas e mais precárias (...), posições subalternas e ancilares, de assistência e cuidados - mulheres da limpeza, merendeiras, crecheiras etc." (p. 110). E ao ocupar posições de destaque, estas "situam-se essencialmente nas regiões dominadas da área do poder, isto é, no domínio da produção e da circulação de bens simbólicos (como a edição, o jornalismo, a mídia, o ensino)" (p. 111).

Todavia, para Bourdieu (1999), os habitus masculino e feminino são inseparáveis das estruturas que os produzem e reproduzem no contexto da economia dos bens e das trocas simbólicas, ou seja, "das relações de produção e reprodução do capital simbólico" (p. 55). A divisão de sexo e gênero está inscrita na divisão das atividades produtivas e reprodutivas, "mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação" (p. 60).

Por fim, a mudança nesse cenário de dominação que reforça um *habitus* submisso nas mulheres só ocorrerá quando, e a partir do momento em que as estruturas sociais sofrerem exposição à crítica, surgindo a possibilidade da aplicação de alternativas que incitem a mudança da realidade social atual.

1.4. A religião enquanto poder simbólico e sua influência na construção das identidades e sujeitos

Neste subcapítulo levantaremos alguns dados bibliográficos a fim de entender de que modo a religião influi nas práticas culturais e na construção das identidades. A preocupação em estudar tal questão se deu quando, durante entrevista com as personagens para a produção desta dissertação, demonstraram que receberam grande influência religiosa durante suas trajetórias de vida, carreira e tomada de decisão para a entrada na vida política, sendo que suas candidaturas e mandatos foram apoiadas por grupos religiosos.

O termo “Poder Simbólico”, amplamente utilizado por Pierre Bourdieu se trata de um poder de construção da realidade que, por sua vez, tende a estabelecer uma ordem perante o mundo social, impondo o que Durkheim chamava de conformismo lógico, que quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço e que torna possível a concordância entre as inteligências. Partindo desta concepção, este ponto da pesquisa abordará o poder simbólico da religião na trajetória das pessoas como meio de inclusão social, sob o aspecto de gênero, a fim de perceber a força que a religião exerce sobre a vida das pessoas.

Neste caso, o poder da religião, enquanto simbólico, possibilita incluir ou excluir membros de determinada comunidade. A religião Católica em específica, ao longo da história, segundo Michele Perrot, fez parte, juntamente com o poder militar e político (PERROT, 1998), dos três bastiões masculinos. Entretanto, esse espaço aos poucos vem sendo conquistado pelas mulheres, entre lutas e resistências, diminuindo fronteiras entre masculino e feminino existente no universo religioso da Igreja Católica.

Tendo consciência que religião pertence ao humano e sociedade, é um fato que deve ser analisado, pois contribui para a determinação de comportamentos, reprodução de costumes e ideologias, e na maneira de ser e agir das pessoas. A busca pela religião tem forte significado para a formação da identidade e para a vida social, dando maior sentido aos fenômenos sociais e realidade de mundo.

Para Bourdieu, a religião, juntamente com a arte e a língua, faz parte de uma “estrutura estruturante” desse sistema, que constroem o mundo por meio de “formas simbólicas”. Como os símbolos são, para o autor, instrumentos da

integração social, a religião como conjunto de símbolos estruturados, tem o poder da integração social, sendo que também se configura como um sistema de forças.

Durkheim (1968), afirma que a prática religiosa confere às pessoas certos poderes que agem como se fossem reais e tendem a determinar a conduta das destas com a mesma necessidade das forças físicas, o que nos leva a acreditar ela pode transformar e determinar a vida das pessoas.

Tal poder religioso, que aqui nos referimos, parte de lugares determinados e tende a se expandir para uma dimensão social. Esses lugares são as igrejas, onde a força religiosa, segundo Durkheim, centra-se no “sentimento que a coletividade inspira em seus membros, mas projetado fora das consciências que o experimentam”, onde, para objetivar-se “ele se fixa sobre um objeto, que se torna sagrado” (DURKHEIM, 1968, pg 237). Tais objetos podem ser considerados as atividades desenvolvidas dentro dessas igrejas, as devoções, e papéis desempenhados.

A partir desses objetos, interpretamos que a religião, sob o viés de Bourdieu, apresenta-se como um poder estruturado que contribui para a formação da identidade dos indivíduos, bem como para a inclusão ou exclusão social, atingindo diretamente a questão da igualdade e assimetria de gêneros. Um espaço que antes era predominantemente reservado aos homens, foi aos poucos também sendo conquistado pelas mulheres. Jean Lebrun, em suas pesquisas, aponta que até meados do século XIX, as mulheres com melhor condição social encontravam na igreja espaço para sociabilidade. Entretanto, as mulheres de classe inferior, não tinham acesso a esse espaço, então lhes sobrava a rua, o mercado e a lavanderia (PERROT, 1998, pg. 38). Somente com o passar dos anos por meio de atitudes filantrópicas, foi dada oportunidade para as mulheres em geral frequentarem as igrejas. Não só as de classes mais abastadas, mas também as mais populares.

A conquista do espaço sagrado pelas mulheres então se acenou, e elas passaram então a ser “agentes secretos da transmissão religiosa” (PERROT, 1998, pg. 110), momento em puderam de certa maneira integrar-se à sociedade, oferecendo-lhes esperança e sentido à vida. Para Bourdieu, isso se dá através da

relação de trocas simbólicas entre a pessoa e a religião praticada. Para o autor, a religião desempenha funções sociais em todas as classes:

Se há funções sociais da religião e, consequência, a religião é passível de análise sociológica, é porque os leigos não esperam dela (ou não somente dela) justificativas de existir capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e do sentimento de abandono, ou mesmo da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte, mas também, e sobretudo, justificativas sociais de existir enquanto ocupantes de uma determinada posição na estrutura social. (BOURDIEU, 1992. Pag 86).

A investigação sobre o poder da religião no processo de inclusão e integração da mulher na sociedade se faz necessária a partir do momento que entendemos que ela passa a ser um processo estruturante na vida das pessoas, pertencente ao humano e social. Nas sociedades em geral a religião evidencia uma busca na afirmação da identidade dos indivíduos, que lhe apresente significado para a vida social, de modo que ofereça suporte emocional em um mundo que se encontra sem esperança em muitos aspectos da vida social e pessoal.

Geralmente quando os indivíduos passam por problemas e momentos ruins, tendem a se apegar no aspecto religioso, o qual oferece suporte emocional por meio de significados simbólicos, e que fazem parte do cotidiano das pessoas. A religião, como “estrutura estruturante” seria um instrumento de conhecimento e de construção do mundo dos objetos como “formas simbólicas” (BOURDIEU, 1998).

A religião pode ser considerada como um espaço social “definido pela exclusão mútua das posições que o constituem, isto é, como uma estrutura de justaposições sociais (Bourdieu, 2003: 160). Uma área que embora sirva para práticas religiosas funciona como “uma espécie de simbolização espontânea do espaço social” (Bourdieu, 2003: 160). A igreja, como parte integrante da sociedade, é um espaço onde se reproduzem as estruturas sociais, onde os indivíduos incorporam um *habitus*. É o lugar onde se desenvolvem as relações sociais, supostamente objetivadas e regradas pelo que é considerado sagrado, e desse modo evidencia o poder da religião sobre os sujeitos, interferindo em suas ações e planos, incluindo bens simbólicos e definindo valores do espaço social.

Para Bourdieu a religião é um conjunto de práticas e representações que se revestem de caráter sagrado, o que faz dela uma espécie de linguagem, ou seja, sistema simbólico de comunicação e de pensamento. O autor destaca o processo de consagração no processo de construção do poder simbólico, em que sua capacidade consiste em transfigurar as instituições sociais – que são construções humanas, culturalmente estabelecidas – em instituições de origem sobrenatural ou inscritas na natureza das coisas. A eficácia simbólica da religião teria a capacidade de revestir o que é produto da natureza humana em caráter sagrado, conferindo à ordem social um caráter inquestionável.

1.5. O discurso como prática social

Na política assim como em outras esferas da sociedade, é visível a influência da mídia sobre a opinião pública, e como ela é construída a partir do interesse de grupos ou de atores sociais específicos que atuam frente aos espaços de poder e/ou por trás das instituições que tendem a formar a opinião pública.

Sabemos que no Brasil as mulheres ainda encontram dificuldades para a aquisição de autonomia e crescimento pessoal e profissional, e por esse motivo, muitos desafios devem ser enfrentados pela sociedade brasileira para a promoção da equidade de gênero. Para a transformação desse cenário, a imprensa se apresenta como fator fundamental, pois se configura como importante ator social para a viabilização de temas e levantamento de debates na sociedade, que tendem a conscientizar a população sobre a realidade que as cerca e assim, promover uma visão mais crítica entre os indivíduos. De acordo com Alves (2005):

A imprensa escrita, desde sua popularização como veículo de comunicação, tem exercido um significativo papel ao longo das transformações de diversas sociedades contemporâneas. Presentes em diversos movimentos revolucionários, os jornais contribuíram como propagadores de ideais inovadores, assim como, estiveram também ao lado de forças conservadoras, em busca da manutenção de determinado status quo. A importância da imprensa tem sido tão evidente que ela chegou a ser denominada de “quarto poder”, ao marcar sua presença,

fiscalizando, criticando, elogiando, atacando, apoiando, censurando, agindo, enfim, como elemento determinante da formação histórica das mais diferentes comunidades.

A comunicação de massa tem o poder de difundir bens simbólicos, conceitos e opiniões, que o receptor apropria para si. Quando o personagem político se expressa, ou é expressa alguma opinião sobre ele nos meios de comunicação, é então projetada uma imagem que chegará ao público, imagem essa que é influenciada pela maneira que a mídia retrata.

Partindo dessa perspectiva, grande parte dos sujeitos não teria a noção de que são influenciados pelos meios de comunicação de massa, desenvolvendo, muitas vezes, uma postura passiva diante das notícias veiculadas por esses meios, que paulatinamente vão anulando posicionamentos críticos em relação à mensagem. Assim, para Darcy Azambuja (1987), os indivíduos e os grupos sociais não são mais do que meros receptores que aceitam opiniões prontas que vêm dos meios de comunicação e, sem cogitar como essas mensagens são constituídas em outras instâncias, aderem a tais ideias como se elas fossem de fato suas próprias produções.

Em meados do século XX, pensava-se que os efeitos provocados nos receptores pelos meios de comunicação de massa limitavam-se àqueles imediatos e diretos, pois se acreditava que cada indivíduo reagia isoladamente às ordens e sugestões da mídia. Porém, esse paradigma foi superado a partir do pressuposto que os efeitos de curto prazo produzem consequências de longo prazo nos sujeitos. Podemos afirmar que no centro da questão desses efeitos, coloca-se a relação entre a ação constante da mídia e o conjunto de conhecimentos sobre a realidade social, que interfere nas culturas e age sobre elas.

em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW. In WOLF, 1995, p. 130).

Reconhecendo que as classes que detêm a hegemonia política e econômica, detêm também a hegemonia ideológica, é fundamental considerar que, de acordo com Melo (1990, p. 950), as opiniões e informações diversas que convivem no conjunto das classes hegemônicas possam se expressar, e que veículos que transmitam informações e opiniões das classes que não estão no conjunto das hegemônicas, também possam circular livremente. Seria necessário nesse ponto, que os cidadãos se informassem e se expusessem a argumentos a fim de formarem suas próprias convicções.

No âmbito dos Estudos Culturais, a representação por meio da mídia é compreendida como um sistema linguístico e sociocultural vinculado às relações de poder. Para Woodward (2009), é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Portanto, a representação, sendo um sistema linguístico e cultural determina e colabora para a construção de identidades. O modo de representação dos seres, coisas e entidades está diretamente ligado aos aspectos do mundo físico e mental, por meio de crenças, sentimentos e valores.

Teorias da representação propõem a análise das relações linguísticas das representações sociais. Um dos autores dessa teoria, Theo van Leeuwen (1997, 2008), entende que há diferentes formas de representar processos e participantes em situações específicas. A mídia, entretanto, possui discursos aparentemente desinteressados, ou neutros, e assim os participantes dessa prática social tendem a reposicionar os papéis sociais de forma a atender aos princípios socioculturais.

Fairclough (2001) aponta que o discurso midiático configura-se como a forma de produção dos textos pelas instituições ligadas a ele e a forma pela qual eles são distribuídos socialmente para o público. As ideologias produzidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem *status* de senso comum.

Las prácticas discursivas pueden tener efectos ideológicos de peso, es decir, pueden ayudar a producir y reproducir relaciones de poder desiguales entre (por ejemplo) las clases sociales, las mujeres y los hombres, las mayorías e las minorías culturales o étnicas, por medio de la manera como representan los objetos y sitúan a las personas. (FAIRGLOUGH; WODAK, 2000, p. 368).

Diferentes discursos indicam diferentes visões sobre o mundo. Fairclough (2003) acredita que os discursos estão associados às relações que os sujeitos estabelecem entre si de acordo com suas posições sociais, econômicas, familiares, dentre outras. Nesse caso, um mesmo episódio pode produzir discursos distintos que podem se confrontar ou ser compatíveis dependendo das relações de dominação existentes entre eles. Em um mesmo texto podemos encontrar diferentes discursos, que podem competir ou cooperar entre si. Fairclough aponta, para identificar e caracterizar discursos, referindo-se à representação de uma parte do mundo ou como a representação do mundo de uma perspectiva particular.

Quanto à representação dos atores sociais e a maneira que são representados nos textos, pode-se perceber diferentes posicionamentos ideológicos relacionados a eles e às suas atividades. Alguns desses atores podem ser enfatizados ou ocultados dependendo de seus valores sociais. Fairclough resgata a teoria da Representação dos Atores Sociais (RAS), desenvolvida por Theo van Leeuwen, que propõe uma rede de sistema sócio-semântica que parte de dois eixos: o da Exclusão, onde há ausência da representação de indivíduos e o da Inclusão, onde há a presença de indivíduos nos textos. A Exclusão tem sido uma categoria bastante utilizada nas pesquisas críticas do discurso que buscam investigar como os atores sociais e suas atividades são excluídos em função de práticas hegemônicas de poder. O autor, neste ponto, aponta dois motivos para justificar essa exclusão: a supressão e/ou encobrimento. A supressão se dá quando os leitores já sabem quem é o ator social, de modo a bloquear o acesso a uma prática que se fosse representada detalhadamente, poderia gerar algum tipo de reação ou contestação. Já o encobrimento ocorre quando o ator é deixado para segundo plano por que não se considera importante que explicita sua presença.

Fairclough (1992), sob a luz de Foucault, percebe os discursos como diferentes formas posicionadas de significarem domínios de prática e conhecimento, e desenvolve a teoria de que o discurso é uma luta hegemônica em que o poder é exercido para construir a realidade social por meio do controle intertextual de práticas discursivas. Seu trabalho é centrado na dialética entre

estrutura e ação do sujeito no discurso. Assim como o autor, Lemke (1995) define discurso como atividade social de construção de significados em contextos onde a linguagem não opera isoladamente, mas em conjunto com outros sistemas semióticos e visuais. Ainda afirma que o processo de construção do significado é permeado por expectativas sociais e símbolos não verbais.

Compreende-se aqui a influência de Foucault (1972, 1979, 1981) para os estudos do discurso. Percorrendo seu trabalho, Fairclough (2001), identificou importantes considerações sobre o tema, dentre as quais, as principais apontam para a natureza constitutiva do discurso: o discurso construindo a sociedade; o caráter interdiscursivo e intertextual das práticas discursivas; os textos sempre recorrem a outros textos; o poder como prática discursiva, o discurso como prática política e a mudança social dialética com a mudança discursiva.

Foucault evidencia a existência do discurso como um lugar e estabelece sua ligação com o poder, o que o torna um lugar de poder, tornando o discurso como um lugar onde se luta pela construção e exercício do poder. Baseando-se nessa ideia, Fairclough (2000), trata que o poder sobre o discurso é uma questão de capacidade para mudar e controlar as regras das práticas discursivas. De acordo com Wodak (2004, p.4):

O poder envolve relações de diferença, particularmente os efeitos dessas diferenças nas estruturas sociais. A unidade permanente entre a linguagem e outras questões sociais garante que a linguagem esteja entrelaçada com o poder social de várias maneiras: a linguagem classifica o poder, expressa poder, e está presente onde há disputa e desafio ao poder. O poder não surge da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, subvertê-lo, e alterar sua distribuição a curto e longo prazo.

Para tanto, podemos considerar que as ideologias presentes em cada um de nós estão arraigadas em nosso inconsciente pelos discursos de outros que nos moldaram anteriormente. Por sua vez, esses discursos moldarão as ideologias de outros. É essencial compreender o discurso, uma vez que ele é constituído de ideologias, e desvendá-lo é um meio para entendermos os processos de dominação, já que nossa identidade, assim como nossas crenças, nosso conhecimento e realidade social são instituídos por meio dele.

Considerando esse panorama teórico, a linguagem e realidade participam de um mesmo processo, em que a linguagem deve ser entendida como forma de ação no mundo social que produz efeitos e orienta nossas escolhas e atitudes. Sob esse ponto de vista, Chouliaraki e Fairclough (1999) reconhecem a importância social do discurso, onde a compreensão da linguagem possui importante relevância para a condução da vida social no mundo atual. Entretanto, é nas manifestações dos discursos que surgem as identidades, pois são construídas pelo simbólico. De acordo com Hall (1990), é por meio do discurso construído pelos seus participantes, que as pessoas constroem suas identidades e se posicionam no mundo.

Os estudos discursivos críticos são importantes instrumentos para uma abordagem crítica e social de textos, já que não se preocupa apenas com a linguagem, mas atenta-se à sociedade. Esse tipo de abordagem é importante, pois propicia condições científicas para uma questão da vida social em um contexto político e moral. No que se refere à modernidade tardia, ou pós-modernidade, a análise linguística possibilita a interpretação e a explicação acerca das consequências e efeitos sociais que podem ser desencadeados pelos sentidos atribuídos aos textos.

O conceito de Modernidade Tardia é resgatado por Chouliaraki e Fairclough dos estudos desenvolvidos pelo sociólogo Antony Giddens (1991, 2002), que define esse período como a separação entre tempo e espaço, mecanismos de desencaixe e reflexividade institucional. A reflexividade se associa aos novos conhecimentos gerados pelos sistemas especializados, o que permite reformulações por parte dos atores sociais. Chouliaraki e Fairclough (1999) entendem que a reflexão humana vem de um mundo externo, ou seja, as informações obtidas pela sociedade vêm de diversas fontes, em especial da mídia.

Perante essa abordagem, o discurso é tratado como um momento da prática social que constitui um elemento social, e assim, é influenciado por outros elementos, produzindo-se uma relação dialética. Chouliaraki e Fairclough (1999) acreditam que esses elementos são trazidos juntos com uma prática específica, e podemos dominá-los de “momentos de prática”. Em função dessa relação, os

autores acreditam que, por meio de análises discursivas historicamente situadas, podemos perceber a internalização de outros momentos de prática do discurso, como por exemplo, as relações sociais e ideológicas.

Ainda para Fairclough (2001) o discurso tem alcance em toda a sociedade devido a sua inserção em todas as práticas e eventos sociais em que os indivíduos participam, sendo, nesse caso, as organizações um evento social em que as práticas sociais são engajadas pelos indivíduos na negociação de significados e construção do mundo. Partindo do pressuposto de que a sociedade é dinâmica e interativa, se exige um processo de construção, confronto e de transformação dos significados por meio do discurso.

Foucault (1971) nos apresenta uma noção de dominação demonstrando o traço persuasivo não só da linguagem, mas de toda produção textual, capaz de, ao se levar em conta a ideologia do interlocutor, carregar profundo grau de intencionalidade. Tal intencionalidade pode influenciar o comportamento do interlocutor, modificando suas ideias e convicções. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo com o qual e pelo qual se luta, é o próprio poder o qual procuramos assenhorear-nos (1971, p.5)”. O autor aprofunda a questão do poder no discurso, afirmando que esse “está em toda a parte, não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (1985, p.89).

Portanto, o discurso pode ser entendido como uma prática social, que é vital para o processo de interação entre os indivíduos, que por meio das práticas discursivas, constroem o mundo ao mesmo tempo em que são construídos por ele. Os atores sociais, entretanto, são construídos discursivamente, desta maneira, os significados são pertencentes à cultura e à linguagem, e fatores como o processo de exclusão e inclusão são determinantes para a construção do discurso.

Dessa maneira, dependendo da intenção do emissor, a mesma realidade pode ser retratada de formas diferentes, por meio de mecanismos discursivos e uso de artifícios linguísticos. Fairclough (2003, p 138), toma a representação como

recontextualização, ou seja, um evento social pode ser incorporado ao contexto de outro evento, trazendo à tona o que é universal e o que é particular.

1.6. A representação da mulher política na mídia guarapuavana: estudo de caso do Jornal Diário de Guarapuava

A mídia pode (re)produzir por meio de diferentes práticas discursivas e culturais a definição da identidade da mulher política. Referindo-se novamente a Foucault (2002), em *A Arqueologia do Saber*, onde questiona as bases da história tradicional e suas exclusões, e tratando a mulher como indivíduo excluído. Nesse ponto, a partir de contribuições de estudos discursivos, também podemos acrescentar neste trabalho, e considerar que a mulher enquanto elemento político se apresenta num lugar “marginal”, em meio a um conflito de posições, ou de uma não territorialidade política.

É relevante, para este trabalho, a visão de que as injustiças, no caso do gênero e, mais especificamente, da participação das mulheres em esferas políticas, têm como componente a questão do reconhecimento. A mídia costuma refletir a realidade que a cerca, e a repetir as práticas sociais, naturalizando e perpetuando conceitos enraizados na sociedade. O que nos preocupa, é a perpetuação da figura feminina como ser dominado ou inferior à figura masculina que tratava Bourdieu. Os meios de comunicação de massa são, sob esse ponto de vista, um elemento crucial.

Para desenvolver esta etapa da pesquisa, foi optada pela observação de um jornal diário guarapuavano, o Diário de Guarapuava. Esta etapa também faz parte de um artigo produzido durante o mestrado para publicação em evento, e pertinente ao encaminhamento da dissertação. Foi realizada análise de como a mulher política foi representada no veículo sob a perspectiva das páginas de política no período do mês de janeiro de 2014. Entende-se que e, a partir desse recorte, não se podem generalizar os dados para todo o período de existência do jornal, mas é possível obter uma percepção a respeito da função da mulher na política municipal e sua representação na mídia.

O intuito foi separar as notícias por produções próprias, de assessoria, produções do jornal com informações da assessoria (colaboração) e não identificadas. Para fazer tal recorte, foi utilizado crédito dado pelo próprio jornal.

Dessa maneira, as fontes foram divididas conforme a proposta de Schimitz (2010), que as classifica, entre outras subdivisões, entre primária e secundária, quando se trata da categoria.

Os dados encontrados nas páginas do diário apontam para uma realidade onde a política enquanto lugar ainda é predominantemente masculina. Um fato curioso durante a coleta é a quantidade de material de assessoria utilizado pelo periódico na editoria política. As notícias vindas de assessorias ocupam um lugar bastante expressivo, representando quase 70% das páginas de política, e geralmente são colocadas em lugares mais valorizados e visíveis do jornal.

O jornal, em geral, tem apenas uma notícia assinada por jornalista da casa na editoria e as demais possuem formato publicado no modelo padrão de Press release, indicando o a utilização de notas enviadas pela assessoria da prefeitura ou câmara municipal por meio de identificação no rodapé do texto.

Outro fator é a utilização de fontes masculinas para as matérias sobre política, que é expressivamente maior. A questão de imagens utilizadas, também atenta o fato de a maior parte retratar a figura masculina. Matérias que remetessem ao trabalho das mulheres enquanto atuantes políticas foram praticamente nulas. Em dois casos, as matérias fizeram referência à vice-prefeita e a vereadoras, porém, apenas tratando de suas participações em eventos e opinião sobre os mesmos. A vice-prefeita fora destacada apenas enquanto secretária municipal de Políticas Públicas para Mulheres ao tratar de trabalhos da secretaria em atendimento à população. Se a mesma busca for realizada no site do veículo de comunicação, por exemplo, percebemos que poucas ou quase nenhuma matéria, retrata a participação da mulher na política na cidade de Guarapuava.

É importante também aqui, ressaltar que tal fenômeno não ocorre apenas em Guarapuava. Apesar de poucos, alguns estudos que tratam da mesma temática, têm mostrado o mesmo fator. De acordo com Birolli e Coutinho (2006), o feminino tem sido considerado inadequado com o espaço público, e ao analisar a aparição de senadores e senadoras em determinados veículos de comunicação, por determinado período, chegaram à conclusão que mais de 80% das aparições

eram masculinas, ou seja, a sub-representação da mulher na política é um fator preocupante, e não ocorre apenas em instâncias locais, mas em instância nacional.

A construção da imagem da mulher política na mídia resulta de uma sobreposição entre representações socialmente constituídas dos políticos e da política, representações de gênero, aspectos peculiares a suas trajetórias e inserção social e o modo como cada uma delas procura construir um *ethos*, uma autoimagem (Biroli e Coutinho, 2006). Nesse caso, entram em questão os estereótipos ligados à mulher política, que de certa maneira constroem suas ações no campo e demarcam sua visibilidade na mídia.

Frente a tal problema, percebemos que a mulher política vem sendo de certa maneira excluída da mídia guarapuavana. Os dados coletados durante a pesquisa mostram que há quase uma ausência da mulher nas editorias políticas do jornal Diário de Guarapuava, salvo quando são retratadas pelas notas de assessorias veiculadas no periódico. Nesse caso, podemos nos basear na Teoria da Exclusão, de Theo van Leeuwen, onde há a ausência ou pouca preocupação em representar os indivíduos em determinada mídia. Apesar do número baixo de participantes mulheres na política do município, fator que, como apresentado anteriormente, é significado de um desenvolvimento atrasado para a política, ainda não houve preocupação em tratar o tema junto à sociedade.

O jornalismo, possuindo papel de formador de opinião, demonstra pouca preocupação com os problemas relacionados à equidade de gênero, e mais ainda quando se trata da esfera política. É possível observar esse fator também em um parâmetro nacional, basta pesquisarmos sobre matérias relacionadas em diferentes meios de comunicação. Sabemos que tratar do assunto política em um jornal dito “independente” não é uma tarefa fácil, mas é necessária, para que assim haja incentivo em mudar tal quadro. Já que, como tratado em capítulo anterior neste artigo, a mídia exerce um papel de poder sobre a sociedade e é detentora de discursos, nada mais justo que promover por meio dela, a difusão de ideias que incentivem e esclareçam a população a respeito do tema *mulheres e política*. Inserir essa problemática na sociedade é merecedor, já que a participação

das mulheres na política é fundamental para a transformação da própria sociedade e para o fortalecimento da democracia.

Como representante social, a mídia tende a influenciar os discursos dos indivíduos, e, ao reproduzir acriticamente o modelo sexista predominante no campo político, os veículos de informação contribuem para reforçá-lo. Ao difundir uma representação do mundo da política como uma esfera especializada, restrita a poucos e quase que exclusivamente masculina, reforça os preconceitos que afastam as mulheres da ação política.

É preciso compreender que a história das mulheres foi produzida por uma governamentalidade alheia, entre os sexos e suas representações. O lugar conferido à mulher foi por muito tempo marcado pelo discurso psicanalítico, que constituiu a subjetividade feminina. Dessa forma, foi necessário refletir sobre a subjetividade presente ou exclusiva dos discursos midiáticos para que realizássemos uma leitura sobre a identidade e sub-representação da mulher política.

O discurso sobre uma sexualidade não mais pautada na natureza ou anatomia é deslocado para se situar na história e nas posições sociais que assumem os sujeitos. Nesse sentido, há uma hegemonia no discurso midiático que insere a identidade da mulher a uma existência multifacetada.

CAPÍTULO II: NÃO APENAS POR DIREITOS, MAS POR IGUALDADE

2.1. Luta das mulheres no Brasil

Neste capítulo vamos tratar brevemente da luta das mulheres no Brasil, realizando um apanhado a partir das últimas décadas, quando as primeiras manifestações em prol da garantia de direitos igualitários começaram a surgir. Trataremos das “quatro ondas” do feminismo, que propulsionaram o início da transformação do quadro de desigualdades e assimetrias de poder.

No plano internacional, costuma-se classificar a existência de apenas duas ondas do feminismo ocidental. A “primeira onda” do feminismo esteve centrada na reivindicação de direitos políticos, como os de votar e ser eleita, e a “segunda onda”, que surgiu no período pós Guerra em meados do século XX e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo e prazer, indo contra o patriarcado. Tem-se registro de várias discussões sobre a quantidade de períodos em que se dividia a trajetória do feminismo ocidental. Simone de Beauvoir merece destaque especial por ter contribuído, em 1949, com “O segundo sexo”, onde afirmava que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Tal expressão se tornou emblemática e histórica para as lutas feministas em grande parte do mundo ocidental, já que por meio dela, a filósofa francesa pretendia expressar a ideia da desnaturalização do ser mulher, discutido no capítulo anterior por meio da questão da opressão sofrida pelas mulheres ao longo dos tempos.

O feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa, que, depois, se reformulou como identidade de gênero, inscrita na cultura. (SARTI, 2004, p.35)

Podemos afirmar que o campo feminista e de gênero é um espaço de lutas que possui fronteiras distintas e constantemente disputadas, sendo que esses mesmos movimentos são por todo o mundo e também no Brasil, formuladores de palavras de ordem e de bandeiras que tendem a expressar conteúdos, projetos e propostas do movimento. Tais bandeiras e projetos tendem a servirem como

referência às mulheres por todo mundo a fim de resgatar ideias importantes e propulsoras a novas lutas frente às já existentes, tais elas: a esfera privada enquanto espaço de dominação e opressão; a existência da democracia e sua construção nas relações pessoais e interpessoais; o reconhecimento da existência de diferenças sem que isso gere desigualdades e assimetrias de poder a fim de valorizar a diversidade e a pluralidade sem a manutenção de hierarquias.

Levando esses fatores em consideração, devemos nos recordar que foi no século XX que algumas das principais mudanças na vida das mulheres se fizeram, por meio de muita luta e repercutidas em toda a sociedade. Entretanto, tais mudanças não seriam possíveis sem a história mais antiga do movimento feminista, que aqui não cabe e nem seria possível resgatar com a dignidade merecida. Por isso, vamos nos ater à luta feminista e das mulheres no nosso país.

No Brasil e no mundo, com algumas exceções, as mulheres conquistaram inúmeros direitos, dentre os quais, o de frequentar escolas e universidades; o de trabalhar de forma remunerada; o de votar e ser votada; à liberdade sexual e reprodutiva, ou seja, liberdade sobre seu próprio corpo; o direito de se casar novamente em sociedades cristãs católicas; o direito a um tratamento digno pela família, assim como também pelo cônjuge; o direito à igualdade de direitos e de oportunidades.

A partir de meados do século XX, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) construíram instrumentos internacionais que reportam aos direitos humanos das mulheres. Em 1952 foi realizada a Convenção sobre os direitos políticos das mulheres, em 1967; foi feita a Declaração sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher; em 1979 houve a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW; em 1994, no Brasil houve a “Convenção de Belém do Pará”, intitulada como Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; e em 1995 a Declaração de Pequim, adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher: ação para igualdade, desenvolvimento e paz.

Tudo isso foi elaborado de maneira a reconhecer a situação de opressão e discriminação vivida pelas mulheres em todo o mundo, e assim, em 1975 que a ONU convocou a primeira Conferência Mundial Sobre a Mulher com o intuito de buscar formas de enfrentar a subalternização, o que trouxe a possibilidade de realização de novas conferências sobre a mulher e foram significativas e contribuintes para orientações na mudança da situação.

Especificamente no Brasil, as iniciativas em defesa dos direitos humanos das mulheres ganharam impulso em meados dos anos 1970, em sintonia com a I Conferência Mundial Sobre a Mulher em 1975, e a correlação com o autoritarismo político vivenciado no país naquele momento. Podemos identificar essas iniciativas por meio: da construção de redes articuladas de grupos de mulheres, da realização de encontros e debates, da realização de campanhas que tratavam da violência contra as mulheres, da elaboração de legislação específica e inserção de políticas públicas, o Estado como interlocutor para a promoção de intervenções e mudanças na perspectiva de gênero.

A primeira onda do feminismo brasileiro se expressou na luta pelo voto no âmbito do movimento sufragista (Pinto, 2003), sob a liderança de Bertha Lutz, numa disputa pelo direito ao voto, ou seja, por direitos políticos. Essa fase foi organizada por mulheres das classes médias e altas, que geralmente eram filhas de políticos ou intelectuais e tiveram a oportunidade de estudar em outros países, o que Pinto configurou como sendo um “feminismo bem comportado”. Porém, mesmo antes desse período é possível elencar a contribuição de protagonistas na história de feministas brasileiras, como a de Nísia Floresta que tentou, em meados do século XIX no Brasil, desconstruir os estereótipos de gênero, a partir especialmente de sua livre tradução de Mary Wollstonecraft para a realidade do país de 1832.

Floresta confrontou os pensamentos patriarcais com a sociedade por meio de pensamentos de valorização e dignidade da vida humana, incentivando a liberdade de religião e se posicionando contra a escravização. Nessa época ela já apontava o atraso ao qual Brasil estava submetido pelo fato das meninas poderem estudar somente em 1827 e ter acesso ao ensino superior em 1879. Esse tipo de

discussão deu espaço para a reflexão da real condição da mulher na sociedade brasileira, impulsionando a abertura de jornais feministas e ampliando o acesso à educação.

Além de Floresta, a imprensa brasileira passou a defender o direito à educação para as mulheres nesse mesmo período. Duarte (2003, p. 156) afirma que a partir daí a segunda onda teria ganho seus primeiros impulsos, e se caracterizou pelo “espantoso número de jornais e revistas de feição nitidamente feminista, editados no Rio de Janeiro e em outros pontos do país. Talvez fosse o caso de considerá-la, por isso, menos literária e mais jornalística”. A fase se inicia com o periódico *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz. De acordo com Duarte, pesquisas revelam que o periódico passou por três fases, a primeira entre 1873 e 1875, em Campanha da Princesa, Minas Gerais, com oitocentos exemplares e assinantes em diversas cidades. Já a segunda teria se passado entre 1887 a 1889, no rio de Janeiro, para onde Francisca foi morar com a filha e tornou-se um nome conceituado. A filha, Elisa Diniz Machado Coelho, jornalista, fundou o colégio Santa Isabel, para moças, e acabou se tornando um dos mais conceituados da cidade. O periódico defendia o direito ao voto e o das mulheres poderem seguir qualquer carreira, auxiliando o movimento sufragista a vir se organizar no país. Outro jornal que apresentou grande contribuição foi *O Jornal das Senhoras*, que em 1852 se posicionou contra as condições sociais que levavam a mulher à subordinação, discutindo a necessidade da ampliação de direitos das mulheres e acesso à educação.

Outro fator que colaborou para a criação de uma nova cultura política e social foi o processo de urbanização com a formação de uma classe de operários e trabalhadores, sendo que muitos deles simpatizavam com o marxismo e até mesmo ideias anarquistas. As condições que as mulheres enfrentavam nas fábricas eram deploráveis, recebiam muito menos que os homens e as vezes até chegavam a ser violentadas, situação que fez com que se unissem para ampliação de base e apoio (MATOS E CORTÊS, 2010).

O relacionamento amigável entre as feministas de vários países possibilitou a troca de ideias e visita de líderes estrangeiras ao Brasil, trazendo novas

perspectivas e incentivando o movimento feminista por meio de exemplos conquistados em outros lugares. Em 1891, finalmente começou a se discutir o direito ao voto pelas mulheres na Assembleia Constituinte, quando foi demarcado que essas ainda não eram consideradas cidadãs políticas já que estavam impedidas de votar (MATOS E CORTÊS, 2010).

Em 1927, o governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, deu um passo à frente da União aprovando uma lei no Estado que deu o direito ao voto às mulheres, fato que impulsionou as militantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino a ocupar as tribunas e exigir o mesmo nos demais Estados. Um manifesto assinado por Bertha Lutz, Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Celso foi então lançado à nação, representando um interesse de uma elite intelectual de mulheres brasileiras, o que propulsionou o travamento de alianças e apoio da elite política, conseguindo o sufrágio feminino antes de muitos outros países (MATOS E CORTÊS, 2010). Em 1931 as líderes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino realizaram um Congresso que contava com representantes de 15 estados, onde as feministas insistiam contra as limitações do Código Provisional, o qual concedia apenas que mulheres solteiras, viúvas com o próprio salário e casadas, com permissão do marido, pudessem votar. Bertha Lutz em aliança com outras mulheres pressionaram o presidente, então Getúlio Vargas, para o estabelecimento de um novo código que estendesse o voto a todas as mulheres brasileiras. Em 24 de fevereiro de 1932 o movimento feminista pode comemorar sua primeira vitória, quando as mulheres tiveram o direito ao voto reconhecido.

Durante o Estado Novo de Vargas, com a entrada do Brasil na guerra pelo envio das Forças Expedicionárias Brasileiras para lutar na Europa ao lado das forças aliadas e contra o nazismo, houve um “ressurgimento da ação organizada das mulheres, no Rio de Janeiro e em muitos outros Estados (...) no Rio foi através da Liga de Defesa Nacional que essa ação se desenvolveu (...) (TABAK, 2002, p. 31)”. Com o golpe militar e a ditadura em 1937, a luta feminista acabou então se voltando na resistência ao autoritarismo político e posteriormente à luta pela anistia política. De acordo com Costa (1992), o movimento feminista era

composto em grande parte por mulheres pertencentes a partidos de esquerda, que se uniam em oposição ao governo autoritário e pela retomada da democracia. Então, com a possibilidade de se redefinir a opção partidária, as mulheres ajudaram a fundar os partidos políticos e passaram a militar neles, o que favoreceu que o movimento organizado se dispersasse por um período de tempo. Nesse mesmo período, foi aberta uma importante frente de trabalhos com o retorno do exílio de feministas, dando força ao feminismo nas universidades. Todos esses fatores impulsionaram e possibilitaram dar mais destaques às muitas organizações feministas dando destaque às urgências nascidas das até então utopias de esquerdas que pautaram a nova agenda política.

Este segundo momento se caracterizou principalmente durante o regime militar, no início dos anos 1970, sintetizando a desvalorização da cidadania no país e de um reforço do patriarcalismo, caracterizando-se como libertador, onde as mulheres puderam discutir a sexualidade e relações de poder. As organizações de mulheres que se opuseram ao militarismo autoritário acabaram construindo e formando grupos que colaboraram para a consolidação dos interesses e demandas femininas, conduzindo a uma maior articulação na arena pública. Assim, a segunda onda se caracterizou por meio de uma resistência à ditadura militar e contra a hegemonia masculina e violência sexual.

Conforme assinalado por Simões (1985), significativas parcelas dos movimentos de mulheres dos anos 1970 em diante, no Brasil, surgiram de grupos nos centros urbanos vinculados à igreja católica, e mesmo que as mulheres estivessem permeadas aos papéis de esposas e mães, conseguiram se organizar e dar início aos primeiros protestos contra o regime militar. O feminismo brasileiro, que se iniciou nas camadas médias, foi possível por meio de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, configurando-se como um movimento que abarcava diferentes classes sociais (SIMÕES, 1985). Essa organização favoreceu além de tudo, a revelação da negligência com que o governo tratava as severas desigualdades econômicas e sociais brasileiras. Nessa época já se lutava por melhoria do padrão de vida, em relação à infraestrutura urbana básica (água, luz, esgoto, asfaltamento e bens de consumo coletivos) e

contra os preços abusivos das mercadorias. Várias autoras (Oliveira, 1990; Pinto, 2003; Sarti, 2004) apontam nesses movimentos, elementos essenciais para a movimentação política. Nesse processo, ao mesmo tempo em que a participação das mulheres as tirava do confinamento doméstico, propiciava o surgimento de um novo sujeito político, que questionava a condição feminina e propunha mudanças, colocando em discussão também a identidade da mulher.

Sob esse prisma é possível perceber que a ação pública das mulheres investia na organização política, se concentrando nas questões de trabalho e direito de poder igualitário entre os sexos, corrente essa, que segundo Sarti (2004), buscou, posteriormente, influenciar as políticas públicas por meio de canais institucionais criados dentro do próprio Estado no período de redemocratização brasileira. Por outro lado, preocupava-se com o terreno da subjetividade, nas relações interpessoais do cotidiano da mulher. Neste momento a preocupação não era apenas em visar mudanças na política, mas de alterar a estrutura do próprio Estado de maneira que características críticas do padrão de intervenção fossem superadas.

A partir daí nos deparamos com a terceira fase do movimento no país (CORTÊS E MATOS, 2010), ou a terceira onda, que se refere à participação das mulheres brasileiras no processo de redemocratização e na construção de ênfases que repercutissem sobre as políticas voltadas às questões de gênero. Os movimentos sociais passaram a tratar a política de nova maneira, a fim de organizarem-se coletivamente, atentando-se à tentativas de reformas em instituições ditas democráticas, transformação do movimento em nível de ONG e profissionalização, e busca de novos movimentos sociais como de mulheres negras, lésbicas, indígenas e rurais, para a participação e fortalecimento do movimento.

Neste período de redemocratização do Brasil após ditadura, é marcado o início de uma aproximação do Estado e de seus poderes constituídos, no caso, a aproximação com o Executivo, por meio da reformatação de políticas; do Legislativo, por meio da sensibilização de partidos e de mulheres que se candidatavam a cargos políticos e obtinham sucesso; e do Judiciário, através dos

pedidos de reparação dos direitos até então violados e de um novo ordenamento legal.

Atualmente, fatores demonstram que estamos passando por uma “quarta” onda do feminismo no Brasil (MATOS E CORTÊS, 2010) que pode ser demonstrada por meio: da entrada, ainda que parcial, das mulheres no poder Executivo e Legislativo, da criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal, da criação de ONGs de redes feministas; de uma nova conjuntura para a atuação do feminismo onde são identificadas lutas por radicalização anticapitalista e encontro com outros movimentos sociais articulados.

Desde os anos 1980, houve uma crescente incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental, se intensificando nos últimos anos. É importante enfatizar aqui, que a Constituição Federal brasileira de 1988:

representou um marco jurídico único de afirmação dos direitos humanos no país, uma vez que se originou da articulação de vários segmentos organizados da sociedade civil que lutavam pela defesa dos direitos humanos e de cidadania, inclusive o das mulheres. Como sabemos, a Constituição Federal de 1988 foi elaborada com a participação ativa dos movimentos sociais (MATOS E CORTÊS, p 35).

Nesse período quando foi formulada a Constituição, grupos feministas e várias mulheres de todo o país se mobilizaram em prol da discussão e apresentação de novas propostas que pudessem atender às demandas que reivindicavam, tornando possível o encontro com lideranças. Junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres – CNDM, escreveram e entregaram a Carta das Mulheres aos Constituintes, contendo as principais reivindicações feministas (MATOS E CORTÊS, 2010).

Finalmente as mulheres estavam para além da esfera doméstica e presentes na contestação e ruptura dos projetos impostos pela sociedade, atuando na disputa por espaço e reconhecimento social. Temas referentes à educação, saúde e qualidade de vida passaram a fazer parte das pautas levantadas pelas lutas feministas. Entretanto, mesmo que significativas muitas mobilizações não foram totalmente aceitas pela sociedade da época, pois a

mulher como ser naturalmente pacífico não poderia levantar discussões a fim de causar revolta contra os padrões socialmente construídos para elas.

Outro ponto de divergência entre mulheres e sociedade foi com relação aos ideais contestatórios do feminismo que emergiam na década de 1980, questionando a distinção entre o que era público e privado, tomando como slogan “o pessoal é político” (Cf. HALL, 2006, p. 45-46). Todavia, essa situação foi propulsora para abrir diálogo com o governo ao longo do processo de redemocratização política. Para Alvarez,

O processo gradual de “redemocratização” tanto reforçou como foi fortalecido por um processo igualmente gradual que eu chamo de politização de gênero – um processo pelo qual as questões anteriormente consideradas foram levantadas como questões políticas, para serem colocadas pelos partidos políticos e pelo Estado (ALVAREZ, 1988, p.325- 326)

Esse processo definido por Alvarez abriu lugar para a inserção feminina na esfera pública, o que pode ser um fator determinado para uma transformação política, atuando diretamente nas condições sociais e políticas já estabelecidas, inclusive no que se refere aos direitos constitucionais. Toda a luta das mulheres por mais espaço e direito na sociedade pode também ser definida como uma luta por poder, considerando que “a ideia de que política não é assunto para mulheres, que aí elas não estão em seu lugar, permanece enraizada, até muito recentemente, nas opiniões dos dois sexos” (PERROT, 1988, p. 184). Tal citação datada de quase 30 anos atrás ainda é acertiva nos dias atuais, demonstrando que a sociedade caminha a passos lentos de uma real transformação dos padrões patriarcalistas.

Por isso a criação do CNDM, em 1985, se configura como um marco no processo de articulação política e na luta por direitos, fomentando um avanço ao movimento de mulheres, mesmo não extinguindo as problemáticas colocadas por elas.

Com o processo de democratização no país, os movimentos. Feministas e de mulheres conquistaram uma interlocução o Governo dando início outra fase, a de reconhecimento do Estado de que as discriminações e desigualdades nas relações de gênero constituem umas questões para ser enfrentada por meio da legislação e de

políticas públicas. O marco fundamental nesse processo foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1985 (RODRIGUES, 2005, p. 30).

O CNDM, constituído por mulheres de classe média, e vinculadas a movimentos de mulheres ou a política, foi capaz de promover a participação das mulheres no debate Constituinte por meio da realização de encontros, palestras e reuniões que tratassem das questões relativas a uma plataforma política que visasse as reivindicações femininas, fazendo com que estas fossem amplamente discutidas. As mulheres de camadas populares também foram essenciais, pois tiveram uma participação ativa no movimento.

A partir de necessidades que emergiam naquele momento, como acesso às creches, melhores condições de suporte ao atendimento à saúde, por exemplo, iniciou-se um diálogo dos movimentos de mulheres e feministas com os órgãos do governo. Assim, por meio das relações estabelecidas entre os movimentos de mulheres e feministas e os de camadas populares, formou-se o movimento de luta por direitos.

O Lobby do Batom⁷ nasce então como reconhecimento do direito das mulheres. De acordo com Santos (2004, p. 129), as mulheres foram cruciais para a composição dos movimentos sociais que passaram a atuar na luta pela democratização do país, assim, “a história destes movimentos é também a da constituição das mulheres como sujeito coletivo, em que deixam a esfera privada e passam a atuar no espaço público, tornando públicos temas até então confinados à esfera privada”.

A nova Constituição foi, portanto um marco importante na história do feminismo brasileiro. Contemplou a igualdade em direitos e de obrigações de homens e mulheres, reconceituou a família, abolindo o pátrio poder e a figura de chefe do casal, reconheceu a união estável, confirmou o divórcio, ampliou a licença-maternidade, criou o direito à licença paternidade, o direito à creche, coibiu a discriminação da mulher no trabalho, criou direitos para as empregadas

⁷ Cabe aqui uma consideração em relação ao conceito de lobby: lobby é uma articulação política, organizada por um grupo que procura influenciar legisladores através de ações políticas diretas, buscando junto os governos municipais, estaduais ou federais, atender as necessidades concretas desse grupo.

domésticas e previu a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica. Entretanto, apesar dessas conquistas, não houve avanços no que condiz ao tema aborto⁸.

O movimento de mulheres, bem como o movimento feminista, acabaram ganhando força com a mobilização para a redação da nova Constituição, promulgada em 1988. De acordo com Blay (1987, p. 45-46), se não houvesse os Conselhos “certamente não existiria o avanço na implantação de uma nova mentalidade e politicamente não se teria nenhuma organização de pressão sobre a formulação da nova Constituição”. Tal conquista se refletiu posteriormente na elaboração das Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas Municipais. De acordo com Avelar (2002), o Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo, por exemplo, estimulou as mulheres inscritas nos partidos a se candidatarem a cargos eletivos. Em 1996, com a aprovação da Lei das Cotas para candidatas femininas, foi realizada a campanha *Mulheres sem medo no poder*, com a promoção de seminários de capacitação política em vários estados e cidades do Estado de São Paulo. Por meio de cursos e palestras e do envio de material informativo onde explicava sobre a campanha política, foi possível ajudar as mulheres a construir um discurso mais unificado e contemplar os problemas mais focados nas mulheres.

Com novos rumos, o movimento feminista brasileiro se consolidou também por meio da criação de Redes e ONGs feministas. Uma parte substantiva de sua atuação passou a ser desenvolvida por meio de grupos temáticos que discutiam temas referentes à violência contra a mulher e da saúde da mulher. Outra parte se dedicou nos estudos em ambientes universitários, e outra parte passou a integrar os partidos políticos. Com o passar dos anos, foram criadas as secretarias específicas.

⁸ O tema esteve recentemente presente na I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, organizada pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 2004. O plano incluiu a ação de revisar a legislação que trata da interrupção voluntária da gravidez. Tal decisão resultou na criação de uma Comissão Tripartite formada por representantes do Executivo, do Legislativo, e da sociedade civil, coordenada pela SPM, para discutir, elaborar e encaminhar uma proposta de revisão dessa legislação ao Congresso Nacional. O fato ocorreu, e foi discutido subsequentemente em reuniões e audiências públicas, mas a lei não foi alterada.

Para se pensar em uma esfera política igualitária é importante pensar no acesso a essa esfera pública, caso contrário, as desigualdades e discriminações existentes na sociedade vão funcionar como impedimentos invisíveis e a dificuldade de participação pode ser percebida como um atributo das mulheres. Isto é, a desigualdade social perversamente se transforma em um déficit do sujeito (AVILA, 2001, p. 16).

Para a difusão e garantia dos direitos, o Poder Legislativo no Brasil tem se mostrado sensibilizado, de maneira a assumir posicionamentos em medida afinada com a pauta dos movimentos de mulheres e feministas. Matos e Cortês lembram que a agenda dos trabalhos legislativos tem contemplado parcialmente a discussão sobre a construção da cidadania das mulheres, da igualdade de gênero e da equidade de gênero. “Especialmente desde a última década do século XX, a interlocução deste poder com os movimentos vem sendo frutífera, ainda que algumas limitações possam ser evidentes”. Entretanto é preciso lembrar que a presença da desigualdade de gênero permanece, e no que tange à representação feminina em cargos de decisão e de poder, estamos sub-representados: “Em especial (mas não só), nas esferas do Legislativo brasileiro – nacional e sub-nacionais”.

Entre o reconhecimento das mulheres como sujeitos da democratização do regime político no Brasil e da redemocratização da participação política nas esferas de poder, com a inclusão real das mulheres, há uma grande diferença (ÁVILA, 2001, p.11).

A organização e mobilização das mulheres na tentativa de vencer e ultrapassar as dificuldades da sub-representação feminina na política tem mostrado efeitos positivos, entretanto, os passos tem sido lentos e desproporcionais em relação a outras conquistas efetivadas.

Desde a luta pelo sufrágio universal, no início do século XX, até o momento da adoção de cotas nos partidos políticos no Brasil, em 1995, o quadro institucional da participação e representação política vem se alterando aos poucos, mas as estatísticas sobre a participação por sexo nos parlamentos continuam a indicar uma enorme sub-representação das mulheres nas instâncias de decisão política. Segundo Araújo (2001, p. 1), os espaços de decisão vêm

“tornando-se emblema do déficit gerado pela exclusão histórica de que elas foram alvos, ao mostrarem que o quadro atual ainda está longe de um patamar mais equitativo”.

Neste século o tema do acesso das mulheres ao poder tem ocupado espaço na agenda das pesquisas e dos movimentos feministas, se destacando como o eixo central da II Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres no ano de 2007, em todo o país, trazendo para o movimento feminista o tema da participação política das mulheres nas esferas de decisão do Estado, que segundo cita Matos e Cortês (2010), passa a entender a participação paritária institucional como um dos eixos mais importantes rumo a uma sociedade mais justa equânime no que tange às questões de gênero. Tal fato não representa apenas um deslocamento de agenda, mas uma nova fase à luta feminista no Brasil.

Já há a percepção de que a participação política e a atuação dentro das esferas do Estado é uma estratégia de grande importância para a busca de uma sociedade mais justa, levando-se em conta os instrumentos de controle de políticas públicas que visem a reparação de desigualdades de uma forma mais eficaz que as velhas formas de manifestação. É claro também, mesmo que de um lado tenhamos uma guinada do movimento rumo à participação política mais significativa, que temos principalmente as novas configurações do estado que permitem que as reivindicações – antes não canalizadas – passem a encontrar ouvidos atentos, que nos idos dos anos 70, não estavam presentes da forma como hoje se apresentam. Por estes deslocamentos importantes, tanto no temário, quanto na forma organizativa e, sobretudo, na forma de se estabelecerem as relações entre Estado, movimentos feministas e de mulheres e sociedade, é que nos aventuramos à possibilidade de pensar esta suposta ‘quarta’ onda recente do feminismo no Brasil (e talvez para a América Latina) (MATOS E CORTÊS, 2010, p. 38-39).

Essa quarta onda chega para tornar possível a atuação feminista, que parte das diferentes comunidades de gênero e políticas. A luta pelo poder se deu por meio de muita sensibilidade, a hoje atravessa a maior parte do espectro político, engajando-se com uma variedade de arenas políticas aos níveis nacionais e internacionais, ao longo das classes sociais e de movimentos que se mobilizam pela livre expressão.

De acordo com Alvarez (2000), uma heterogeneidade crescente passou a caracterizar os feminismos no Brasil e em toda a região latino-americana, conformando-se no momento em que estamos tentando defender como expressivo de uma “quarta” onda feminista no país. Para Matos e Cortês (2010), essa difusão feminista, iniciada e desdobrada da fase anterior, tem produzido muitas consequências políticas e culturais, como nos casos emblemáticos: o do Sindicato dos Bancários no Brasil, em que grupos de mulheres de dentro de um movimento de classe empreenderam a luta para influir no próprio movimento, encontros de entre o feminismo acadêmico e alunas de cursos de capacitação política para mulheres candidatas na esfera político-legislativa, no movimento das mulheres agricultoras e rurais e nas Conferências Nacionais Políticas para as Mulheres em todo o país.

Todos esses movimentos e ações constituíram um espaço aberto para o aprofundamento da reflexão, o debate de ideias, a formulação de propostas, a troca de experiências e articulação para a tomada de ações eficazes. Tais esforços se consolidam e concretizam os avanços sob um regime duro e caracterizado de muita resistência, luta e opressão.

2.2. A participação política das mulheres

A literatura apresentada até aqui destaca o fato de que as principais concepções que nortearam as democracias ocidentais acabaram por definir espaços e construir direitos assimétricos para homens e mulheres. Como vimos, para combater a assimetria de gênero e discriminações, mulheres de todo o mundo se organizaram no papel de sujeitos políticos para criar e fortalecer os movimentos feministas.

As mulheres hoje representam 51,4% da população brasileira segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE⁹ (2012), e totalizam quase

⁹ Disponível em R7 Notícias. <http://noticias.r7.com/brasil/brasil-tem-5-milhoes-de-mulheres-a-mais-que-homens-diz-ibge-27092013>. Editoria Brasil. Acessado em 07/08/2015.

45% da população economicamente ativa. De acordo com o TSE, 52% dos eleitores é mulher, e ocupa hoje o posto número 156 em um ranking de 188 países que considera a representação feminina no parlamento feito pela União Interparlamentar¹⁰. O Brasil está atrás, inclusive de países onde as mulheres têm menos direitos que homens. Nas eleições do ano passado 51 mulheres foram eleitas na Câmara Federal dentre os 513 deputados, uma taxa que se arredondada para mais atinge apenas 10% do número de cadeiras. o número, mesmo representando uma taxa muito baixa de participação, é maior que o da legislatura anterior, onde havia 45 mulheres.

Como já mencionado em outro momento, os deputados brasileiros impediram nesse ano a criação de um mecanismo que garantia a maior presença das mulheres nas casas legislativas brasileiras. Em votação eles não aprovaram uma emenda¹¹ que incluiria na Constituição, uma reserva de 10% das vagas para deputadas, senadoras e vereadoras. Por mais que a regra não representasse mudanças bruscas, transformaria a representatividade que já existe em lei atualmente na Câmara. Esta medida seria gradativamente aumentada para 15% durante os próximos 12 anos. A bancada feminina não conseguiu o apoio dos 308 deputados necessários, faltando apenas 15 votos para que a emenda, discutida durante a reforma política, fosse aprovada.

Essa tentativa de adentrar a pauta e os trabalhos do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas tem encontrado enormes obstáculos a serem transpostos. Como já descrito, o percurso de organização político-associativa das mulheres brasileiras para a reversão desse quadro de desigualdade político-representativa tem sido enaltecido por meio da atuação frente à ONGs, partidos

10 Acessado em 13/07/2015, disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/17/politica/1434504925_025539.html.

11 O texto se tratava de uma concessão, sendo a versão de um acordo feito entre as lideranças partidárias e a bancada feminina. Inicialmente, a intenção delas era de que 30% das vagas de cada coligação partidária fossem preenchidas por mulheres, mas a proposta enfrentava muita resistência dos partidos maiores, que seriam os mais afetados. Após o acordo, o texto mudou a proporção para 10% das vagas que cada Estado tem direito no Congresso federal. A Bahia, por exemplo, com 39 vagas, deveria ter quatro deputadas –hoje tem três. Há cinco Estados que não conseguiram eleger nenhuma deputada mulher (Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe).

políticos e investimento de esforços nas transformações necessárias para alterar o padrão tradicional e assimétrico das relações de gênero no âmbito das instâncias de representação política e nos cargos de poder e decisão. Essa movimentação tem conduzido as mulheres candidatas e políticas a ocuparem posição essencial para a transformação social e política do país.

Para tanto, é questionável a importância de modificação do quadro de sub-representação feminina nos parlamentos do país, bem como sobre as contribuições das mulheres políticas para esse processo, que já iniciado, no que tange à transformação social, cultural, política e econômica. Nesse caso, podemos aqui elencar com base em pesquisas já realizadas, razões pelas quais as mulheres tendem a abordar a política de forma diferenciada dos homens. Todavia, será necessária a fundamentação em estudos realizados em outros países, já que no Brasil, pesquisas dessa natureza são praticamente inexistentes.

Uma dessas razões pode ser identificada em uma pesquisa realizada pela União Inter-Parlamentar – UIP em 2008, que apontou que 49% das entrevistadas (mulheres atuantes politicamente), terem afirmado que ingressaram na política como “resultado de interesses no trabalho social e por meio de ONGs”. O que difere do fato do ingresso na política devido a fatores exclusivamente partidários, geralmente adotados pelos homens. A partir dessa perspectiva, constata-se a tendência das mulheres se engajarem inicialmente em projetos de cunho social.

Para Matos e Cortês (2010), outra razão relacionada ao fato de comparação aos homens, se dá em virtude dos padrões de socialização de homens e mulheres serem diferentes, assim como são também diferenciadas as suas experiências de vida. “As mulheres tendem a trazer de modo significativo as suas experiências e conhecimentos para apoiar suas decisões políticas, elas trazem aquilo que a literatura cunhou como uma ‘perspectiva’ diferenciada (MATOS E CORTÊS, 2010)”. É conhecido que mesmo com as transformações ocorridas ao longo das últimas décadas, as mulheres ainda são responsáveis com os cuidados com as famílias e domicílios, o que marca inicialmente a trajetória de muitas mulheres na política. Dessa forma, a participação de mulheres na política pode ter impacto imediato e direto sobre os resultados das políticas que visam

atender as demandas urgentes de mulheres e crianças, já que, de acordo com Randall (1987) as mulheres, em governos locais, em todo o mundo, tem operado como uma força social protagonista capaz de melhorar as condições de vida familiares e também comunitárias.

Um amplo projeto de pesquisa (GROWN, GUPTA E KES, 2005) que examinou o impacto da política de reserva de assentos, investigou inicialmente 165 Conselhos locais, nas Câmaras de Vereadores no Estado de Bengala Ocidental, analisando o nível de provimento de bens públicos com Conselhos que tinham políticas de reserva de posições para mulheres em comparação àqueles que não adotavam as cotas. Foi constatado que os vilarejos com reserva de posições investiam duas vezes mais em instalações de água limpa, bem como as condições das estradas também eram duas vezes melhores. Além disso, a probabilidade de trabalhos recentes de manutenção das rodovias era 20% maior, além de novos projetos de biogás, que substituía a eletricidade e o gás de cozinha, foram introduzidos em 26% dos vilarejos onde havia políticas de reserva de assento para as mulheres contra 6% dos vilarejos sem a medida. Ocasionalmente por um acompanhamento ativo, o número de visitas por profissionais da saúde foi significativamente maior nos meses em que o estudo foi realizado.

Massolo (2005) afirma que além dessa atuação ser interpretada como um papel de estereótipo feminino, tal atuação na América Latina vem acarretando uma mudança radical ao assumir o princípio de equidade de gênero e ao desafiar a igualdade de oportunidades nos projetos políticos e nas agendas de governo. As mulheres nesse caso, também assumiriam renovada articulação do governo com membros da sociedade civil, implicando em novas maneiras atuar politicamente e abrindo novos espaços para a institucionalização de políticas e ações de equidade.

Entretanto, é preciso atentar ao fato de que o maior número de mulheres em governos locais por si só não garante uma ação defensora dos interesses e dos direitos das mulheres ou determinados grupos. As mulheres atuantes politicamente precisam também estar atentas a outros temas da agenda parlamentar, e não só isso tem que enfrentar o desafio de desconstruir o

estereótipo atribuído aos lugares de atuação política. Essa desconstrução precisa começar principalmente dentro das estruturas partidárias, já que, “elas também necessitam demonstrar capacidade de agir politicamente em âmbitos diversos, rompendo com os estereotipados papeis de gênero, aqueles tradicionalmente rígidos que também são reforçados nos espaços de trabalho político (MATOS E CORTÊS, 2010)”.

Todavia, as mulheres políticas, especialmente as que atuam no poder local, podem trazer consigo a sensibilidade para a urgência do enfrentamento das desigualdades sociais que assolam o nosso país, mas terão também que ir além delas, dessencializando-as e buscando estratégias e alianças múltiplas que possam ter repercussão, sobretudo, na transformação real do espaço político que ainda é predominantemente masculino no Brasil. É necessário também que sejam estabelecidas alianças com outros atores/representantes/movimentos que estejam igualmente preocupados com uma agenda (de campanha e de ação parlamentar) de reivindicações de acesso ao poder para grupos historicamente excluídos e marginalizados dos espaços públicos [...] (MATOS E CORTÊS, 2010, P. 45 – 46).

De acordo com uma análise comparativa de mulheres em governos locais em 13 países no Leste da Ásia (CHEN et al., 2005), há pelo menos duas maneiras que as mulheres podem tornar-se uma força importante para mudanças políticas. Primeiramente, por meio do apoio a outras mulheres que foram eleitas a cargos políticos, e segundo, por meio do apoio a grupos excluídos.

Argumentos como a utilidade da presença feminina na política para a melhoria dos padrões e comportamento parlamentar, e até mesmo a criação de estruturas parlamentares mais atentas às questões de gênero (SAWER, 2002), poderiam defender inicialmente a necessidade de mudança do quadro político-representativo de nosso país, o qual necessita de mudanças simbólicas e culturais, além do oferecimento de exemplos positivos da atuação das mulheres.

2.3. A sub-representação da mulher nos espaços de poder

A sub-representação da mulher na política se configura como um problema referente à democracia no país. Com frequência encontramos a existência de argumentos que tendem a justificar a baixa participação feminina nos espaços de

poder, como por exemplo, ao se afirmar que o fator é um reflexo das “escolhas” realizadas pelas mulheres. Mas o fato, é que a mulher é um indivíduo quase que excluído desse espaço, e o fato abre espaço para a consideração de múltiplos impedimentos, em suas diferentes formas e efeitos. Mesmo assim, continuaremos enfrentando o problema como se fosse oriundo de um escopo exclusivamente feminista, onde a única explicação do problema se baseará na “recusa” ou “falta de ambição” das mulheres participarem do campo político.

Entretanto, dados e pesquisas apontam que não é esse o fato que ocorre no Brasil. Fatores variados fazem obstáculo à participação política das mulheres, e estes não se resolvem apenas com a extensão de direitos iguais a elas. Para Matos e Cortês (2010), deve ser dado destaque às regras do jogo político-representativo no Brasil, como um dos procedimentos que orientam nosso sistema político-partidário, o qual foi feito por e para homens.

Há que se supor que tais regras também possam, por estar carregadas de traços tradicionais, patriarcais e masculinos, operar como elementos refratários e excludentes das mulheres nos espaços institucionalizados da política. Desta forma, insistimos no ponto de vista de que a ausência das mulheres da política contribui para manter as condições de seu próprio afastamento, reforçando a política como um espaço masculino por excelência. É assim que este círculo vicioso tem se perpetuado no Brasil (MATOS E CORTÊS, 2010, p.51).

Como já apresentado, os progressos ocorridos no país em relação aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero e raça representam avanços, que podem ser creditados às lutas dos movimentos feministas e de mulheres. Para Matos e Cortês (2010), graças à sua persistência e crescente articulação, começamos, ao alvorecer do século XXI, a construir uma nova plataforma política para o país. Isso se dá ao incorporarmos e transversalizarmos as questões de gênero e raça nas políticas públicas.

No Brasil não é possível identificar nenhuma discriminação baseada em gênero que seja capaz de oferecer obstáculos para as mulheres exercerem sua cidadania, tanto na condição de eleitora como candidata. Porém percebe-se que a participação feminina nessa esfera ainda é limitada. A representatividade das mulheres nos cargos de poder está muito longe de alcançar os 50% que

equivalem à participação feminina da população do país. Percebe-se por meio da mídia e da própria opinião popular que ainda existe uma discriminação em relação às mulheres políticas, fato que acaba impedindo o exercício da plena cidadania e poder.

Desde 1932, quando as mulheres conquistaram o direito ao voto, passaram-se décadas, e somente em 1986, se obteve um número expressivo de deputadas federais eleitas (26 deputadas), e em 1990, foi eleita a primeira senadora e somente em 1994 foi eleita a primeira senadora do país. Entretanto, a participação não concentra-se apenas aí, existe uma gama de indicações realizadas pelo Presidente da República para cargos de governo e no Poder Judiciário e nas esferas estadual e municipal. A participação política feminina vem crescendo aos poucos, mas a passos curtos.

De acordo com a Secretaria de Políticas para Mulheres¹² (SMP), nas eleições realizadas em 2012 para o cargo de vereador, se candidataram 133.983 mulheres e 256.287 homens, e foram eleitas 7.635 mulheres (13,3%) e 49.626 homens (86,7%). Para as eleições municipais, se candidataram 2.034 mulheres e 13.129 homens, se elegendo 659 prefeitas e 4.928 prefeitos. Para o cargo de deputado estadual, se candidataram 2.639 mulheres e 9.702 homens, se elegendo 138 mulheres e 901 homens. Este panorama evidencia sub-representação das mulheres na política, entretanto, quando olhamos para o número de candidaturas nesses cargos, percebe-se que há um esforço para que haja a inserção política feminina.

Segundo a União Inter-Parlamentar¹³ (UIP), a média mundial de presença das mulheres no parlamento, de acordo com dados atualizados em 2013, é de 21,3%, sendo que este número é utilizado como medida de comparação das desigualdades políticas entre os países. Os países nórdicos apresentam uma média de 43% de mulheres no parlamento, sendo que apenas 26 países, dos 187 apresentados, contam com 30% ou mais de mulheres na Câmara e no Senado. O

12 Dados obtidos em www.spm.gov.br Acesso em 01/09/2015.

13 Disponível em www.ipu.org. Acesso em 01/09/2015.

Brasil com menos de 9% de mulheres na Câmara dos deputados, situa-se nos últimos lugares, atrás de 154 países. O único país em que as mulheres são mais numerosas do que os homens é Ruanda, o que é efeito de uma lei de reserva de vagas quanto do esvaziamento da elite política masculina após o genocídio de 1994 e os julgamentos que seguiram a ele (MIGUEL E BIROLI, 2014).

Para Miguel e Biroli (2014), fica claro que a abolição das barreiras legais não representou o acesso a condições igualitárias de ingresso na arena política. Entraves de diferentes naturezas à participação feminina continuam em vigor, como o isolamento na vida doméstica, que retira delas a possibilidade de estabelecer uma rede de contatos que as lancem na carreira política. Mesmo as mulheres que exercem trabalho remunerado, permanecem em geral como as responsáveis pelo lar, tendo seu tempo reduzido para outras atividades, incluindo a ação política. Os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar (MIGUEL E BIROLI, 2014).

De acordo com Matos e Cortês (2010), umas das alternativas mais evidentes para enfrentar a sub-representação feminina no Brasil e no mundo tem sido a adoção de ações afirmativas. Tais ações têm sido tratadas com importância pois garantem que os direitos conquistados formalmente em tratados internacionais e em constituições nacionais possam ser gozados por todos, tendo como objetivo maior, transformar contextos institucionais e práticas culturais historicamente injustas e excludentes (MATOS E CORTÊS, 2010). Miguel e Biroli (2014) veem a necessidade de incorporar expressamente os grupos marginalizados no corpo político, rompendo a inércia estrutural que os mantém afastados dos espaços decisórios.

O mecanismo afirmativo de cotas para as mulheres candidatas no Brasil foi uma das principais ações instituídas, sendo que a primeira versão da política de cotas para mulheres foi instituída em 1995, pela Lei 9.100, que estabelecia normas para a realização das eleições municipais a partir de outubro de 1996. Na Lei, previa-se que vinte por cento das vagas de cada partido ou de cada coligação deveriam ser “reservadas” para candidatas mulheres. Mas cabe destacar no que

se refere à “solução de compromisso” que aumentou o teto das candidaturas ao mesmo momento em que efetivou a cota. Isso significava que se o partido não preenchesse todas as suas vagas, a política de cotas não teria eficácia, pois os partidos podiam argumentar que as próprias mulheres seriam responsáveis pelo não preenchimento de tais vagas, por não se candidatarem.

Em tentativa de criar e manter programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, a Lei 12.034, foi alterada em 2009, e determinou que a partir de então, os partidos destinassem 25% do Fundo Partidário para esses programas. A Lei possibilitou a ampliação da participação feminina, já que algumas das regras apresentam oportunidade para a elevação da representação política das mulheres nos partidos.

Diante de tal exemplo, cabe lembrar que a política de cotas aplicada a partir da Lei 9.504/97, não foi uma política de cotas para mulheres, mas sim uma reserva de um número de vagas para ambos os sexos. Com isso, percebe-se que o número de candidaturas, que pode de alguma forma estar relacionado à adoção das cotas, não tem efeito sozinho quando se trata da real inserção das mulheres nos cargos políticos. Para Matos e Cortês (2010), esse fato não significa ser inoperante, mas também não assegura a real participação feminina. Do ponto de vista da teoria política, as cotas implicam uma ruptura com um princípio basilar de ordem política liberal, ao indicar que um grupo deve ter preservado seu direito de se fazer ouvir nos espaços de representação (MIGUEL E BIROLI, 2014). Para o liberalismo, o único sujeito de direito é o indivíduo.

Se as mulheres, ou qualquer outro grupo querem se fazer representar, esse objetivo deve ser alcançado por meio das opções individuais de seus diversos integrantes, sem constrangimentos legais. Elas podem ingressar nos partidos, disputar convenções, disputar eleições. Podem mesmo fazer campanhas pelo voto em candidatas do sexo feminino. Mas devem conquistar seu espaço em vantagens consignadas em lei (MIGUEL, 2000).

No quadro de vista do pensamento liberal, vemos que a conquista do direito de voto é um ponto de chegada definitivo. O sufrágio universal é necessário para impedir a tirania e para garantir que todos sejam levados em conta nas decisões de governo porque se acredita que cada um é o melhor juiz do próprio interesse

(MIGUEL E BIROLI, 2014). Neste ponto de vista, as mulheres, como indivíduos podem expressar suas preferências nas eleições, então elas não podem queixar-se se estão pouco ou mal representadas nas esferas decisórias. Miguel e Biroli (2014), afirmam que o questionamento desse raciocínio e a consequente defesa de ações reparadoras, como as cotas eleitorais, passam a colocar em primeiro plano as desigualdades estruturais presentes na sociedade, sendo que essas transbordam para a arena política e rejeitam a crença de princípio de autonomia dos indivíduos na produção de suas preferências.

As cotas sinalizam que, de acordo com Miguel e Biroli (2014), mesmo o processo de escolha dos representantes sendo correto, o seu resultado é injusto se importantes grupos sociais não encontram presença adequada. Não importa se um parlamento é quase exclusivamente masculino, no qual as mulheres também decidiram quais seriam seus representantes, importa se esse é capaz de representá-las, se não é, surge a necessidade de medidas corretivas, como as cotas.

Nas décadas finais do século XX e início do século XXI, o problema da sub-representação política feminina tornou-se uma prioridade na agenda feminista. O movimento começou a repensar o ato de fazer política¹⁴, estimulando uma aceitação das estruturas políticas vigentes e a redução da aposta utópica em formas radicalmente novas de ação coletiva (MIGUEL E BIROLI, 2014).

Numa sociedade estruturada pela dominação masculina, a posição das mulheres não é apenas “diferente” da dos homens. É uma posição social marcada pela subalternidade (MIGUEL E BIROLI, 2014). Isso significa que as mulheres possuem menos acesso às posições de poder e de controle dos bens materiais, pois o feminino transita na sociedade como inferior e frágil, como apontava Simone de Beauvoir. Um ponto central nessa questão, que se refere às reivindicações das mulheres por maior presença nos corpos representativos, diz

14 A reflexão sobre o Estado só ingressou no pensamento feminista a partir da segunda metade do século XX. Antes disso, o feminismo liberal tendia a considerar as estruturas do Estado como dadas. O feminismo adere à percepção de que o Estado, mais do que um aparato repressivo, deve ser compreendido como produtor de práticas sociais. Ver mais em Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, *Caleidoscópio Convexo*, cap. 6.

respeito à acomodação com a institucionalidade vigente. O feminismo realiza uma crítica dos padrões de dominação social, e entende que as instituições ignoravam muitas dessas formas de dominação, o que contribuía para torná-las invisíveis e as naturalizavam¹⁵.

É evidente que a baixa representação das mulheres nos poderes governamentais indica uma forma de desigualdade incorporada no sistema político. Mas não se pode perder de vista que, por si só, a maior presença dos integrantes de grupos dominados nos espaços de poder não eliminará nem reduzirá de maneira substantiva a desigualdade política. Ela apenas fará com que o conjunto de tomadores de decisão se torne mais diversificado e, portanto, similar ao corpo social. Não é desafiada a diferenciação entre um pequeno contingente de pessoas que toma as decisões e a grande massa daquelas que são submetidas a elas. A concentração do poder político num grupo minoritário permanecerá intacta, com a diferença (que não é irrelevante) de que esse grupo espelhará melhor algumas das clivagens sociais fundamentais (MIGUEL E BIROLI, 2014, p. 104)

Lembrando da política como um “campo”, termo atribuído pela sociologia de Bourdieu¹⁶, representando um espaço social estruturado, e que possui uma hierarquia própria, exigindo dos agentes que nele ingressam a aceitação de padrões determinados de comportamento. Assim, se tratando de um campo historicamente masculino, a política impõe às mulheres, obstáculos, mesmo depois de terem alcançado cargos. Miguel e Biroli (2010), afirmam que os grupos dominantes dispõem de mais bens materiais, o que lhes permite agir de forma eficaz na arena política, o que inclui o tempo livre, primeiro recuso necessário para a atividade. Portanto, para as mulheres, o tempo se torna uma barreira para o início ou progresso de uma carreira política, visto que elas são as principais responsáveis pela gestão de suas unidades domésticas.

Todavia, para Matos e Cortês (2010) é de suma importância que as mulheres participem ativamente da vida partidária de forma a garantir que os

15 VARIKAS, Eleni, Une représentation en tant que femme? Réflexion critiques sur la demande de la parité des sexes. *Nouvelles Questions Feministes*, v. 16, n. 2, 1995, p. 81-127.

16 Pierre Bourdieu, “La représentation politique. Éléments por une théorie du champ politique”, *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, n. 36-7, 1981.

partidos desenvolvam mecanismos de capacitação, empoderamento e estratégias específicas das/para as candidaturas femininas. Tais estratégias se tratam, para as autoras, de cursos de formação política, plataforma e agendas partidárias especificamente voltadas para gênero e mulheres e recursos de financiamento de campanha específicos. Dessa forma, as mulheres não ficam submetidas ao jogo masculino e pragmático das acirradas e agressivas disputas eleitorais convencionalmente tradicionais.

Para Matos e Cortês (2010), o partido político deve ser utilizado como instrumento de participação política pelas mulheres. O sistema partidário é mais amplo do que a representação partidária, sendo que o primeiro não se restringe à representação política eleita, mas se constitui de um conjunto de canais de organização coletiva de veiculação de ideias e valores em relação à vida social e política do país (MATOS E CORTÊS, 2010).

Assim, apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas da presença das mulheres na política, o discurso político delas continua carregando os signos de sua subalternidade social. Percebe-se que elas são incentivadas a tratar apenas de temáticas tidas como apropriadas, e que muitas vezes são consideradas menos importantes. Para Miguel e Biroli (2014), as marcas da feminilidade no discurso reduzem a legitimidade da falante, mas a ausência delas é denunciada como uma falha da mulher que não as tem: a emotividade excessiva não é pertinente num político, mas a frieza e a racionalidade não cabem para o sexo feminino.

CAPÍTULO III: Participação ou cumprimento de cotas? A situação da mulher na política

Apesar dos vários anos de repressão e história de luta das mulheres pela conquista de seus direitos se apresentarem ainda de maneira muito recente, a história do Brasil ganhou um novo e comemorável capítulo em 2011 com a posse de Dilma Rousseff no cargo de presidência do Brasil, fator jamais ocorrido antes, e com sua reeleição em 2014. Podemos tratar esse acontecimento como um avanço para a sociedade brasileira no que se refere às lutas feministas e democráticas. Pela primeira vez, uma mulher chega ao cargo máximo na política no país, fator resultante de muita luta e disputas anteriores. Contextualizando tais conflitos, tratamos aqui de alguns fatos ocorridos ao longo do processo eleitoral de 2010, em que quatro candidatos principais concorriam ao cargo, e estando presentes duas mulheres: Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) e Marina Silva (Partido Verde – PV).

As duas candidatas que concorriam ao cargo apresentavam posturas e trajetórias diferentes. A primeira foi militante de esquerda desde a juventude e atuante de grupos de resistência durante a ditadura militar, regime que se instalou no Brasil em 1964 com o Golpe de Estado que depôs o então presidente João Goulart. Dilma Rousseff fazia parte da equipe do Governo Lula e era conhecida por seu temperamento forte e exigente, entretanto não era uma atuante política de carreira e atuava em postos de caráter gerencial. Escolhida para suceder Lula, sua competência administrativa e seu passado como militante política foram essenciais, além do fato de ser mulher, para sua escolha como candidata do PT.

A outra candidata, Marina Silva, ex-senadora, conhecida pela sua atuação frente às questões relacionadas ao meio-ambiente, apresentava um passado humilde e trabalhou na extração de borracha dos seringais na floresta amazônica, sendo alfabetizada somente aos 16 anos. Sua campanha se baseou na luta pelo meio-ambiente, e ao contrário da candidata anterior, possuía uma postura mais serena.

No decorrer da campanha, Dilma foi alvo de seus adversários políticos constantemente, mas o apoio de Lula foi essencial para sua vitória. A presidente também apresentou proximidade com ideias de cunho feminista durante sua vida, defendendo publicamente o direito das mulheres de realizarem o aborto, entretanto, em 2010, durante a campanha, ela teve que se retratar publicamente e recuar¹⁷ mediante o apoio. Neste momento, vários setores, bem como igrejas e grupos partidários, se colocaram contra à sua candidatura. A vida privada da candidata também foi posta a público, inclusive questionando a orientação sexual devido sua postura mais autoritária. A mídia colaborou para a disseminação dessa ideia, inclusive se posicionando contra sua candidatura.

Mesmo nunca exibindo publicamente sua vida privada, a candidata se obrigou a mudar de estratégia, passando a falar em emissoras de rádio e TV sobre o casamento com o ex-marido e convocando a mídia para eventos comemorativos da família. Realizou também alianças com lideranças religiosas a fim de obter maior apoio da população na campanha. A outra candidata, ao contrário de Rousseff, não precisou tolerar suspeições a respeito de sua vida privada nem comparações ou especulações. Sobre Marina Silva, tratava-se em maior parte sobre sua carreira política e profissional, sem aprofundamentos exagerados sobre sua vida por parte da mídia.

Após as eleições as indagações a respeito da nova presidente permaneceram, principalmente depois que ela se manifestou pedindo para que fosse chamada de “presidenta”, dando origem a um novo debate, onde muitos veículos de comunicação se colocaram contra a utilização do termo, mesmo estando de acordo com os padrões da língua portuguesa. O gesto de Dilma representou um gesto de cunho político para demonstrar uma mudança, pois até então não havíamos tido uma mulher ocupando o cargo máximo da República. Portanto, podemos que a resistência ao uso do termo presidenta se caracteriza

17 Um exemplo que ilustrou tal situação foi a capa da Revista Veja nº 2186, de 13 de outubro de 2010. Nessa capa trazia duas afirmações de Dilma Rousseff em diferentes momentos de sua vida pública; em uma (4 de outubro de 2007) se posicionava favoravelmente ao aborto e em outra afirmação (29 de setembro de 2010) se dizia contra. Esse recuo foi selado por meio de nota da então candidata durante a eleição onde flexibilizava sua postura ante temas que levantaram polêmica durante a eleição, tais como o aborto e a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

como ainda uma manifestação da dominação masculina ainda presente na atualidade.

Durante o governo de Dilma Rousseff presenciamos a tomada de um maior número de mulheres em cargos de poder, como por exemplo, a entrada de Gleisi Hoffmann para a Casa Civil, Mirian Belchior e Ideli Salvati à frente de ministérios. Na atual gestão, são seis as mulheres compondo a equipe da presidente. Entretanto, em sua primeira gestão observou-se uma incompreensão por parte da mídia e da população frente ao trio feminino. Dilma foi chamada de “neurônio solitário”, Salvati de “berreiro à procura de uma ideia” e Hoffmann de “normalista oradora da turma”¹⁸ e foi até mesmo chamada de “barbie da Dilma”¹⁹, como se fosse apenas um rostinho bonito. Em outros veículos de comunicação, por vários momentos, se observou a resistência à ideia das mulheres nos espaços de poder, de modo a reafirmar indiretamente que a política é um espaço destinado aos homens, como se observa na coluna de Ricardo Noblat, do Jornal O Globo.

Mesmo em sua segunda gestão, a presidente ainda é alvo de ataques machistas da população e da mídia. Na posse de seu segundo mandato, foi alvo de críticas quanto à roupa utilizada e sobre seus ternos usados durante a campanha. Os olhos do Brasil concentravam-se na postura da presidente e modo se vestir ao invés de observar o que era devido para quem atua no cargo político. A presidente relatou que é alvo constante de machismo em um jornal norte-americano²⁰ durante visita aos Estados Unidos.

18 Coluna “Direto ao Ponto” de Augusto Nunes, colunista da Revista Veja. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/direto-ao-ponto/oremos>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

19 Revista IstoÉ, Edição número 217 de 10 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/detalhePrint.htm?idReportagem=141526&txPrint=completo>. Acesso em 30 de junho de 2015.

20 Washington Post, 25 de Junho de 2015. https://www.washingtonpost.com/opinions/brazils-president-dilma-rousseff-points-to-the-sexual-bias-of-her-critics/2015/06/25/6f938e40-1aeb-11e5-bd7f-4611a60dd8e5_story.html. Acesso em 27/07/2015.

O cenário nacional ainda aponta o quanto a mulher encontra inúmeras dificuldades ao entrar para a vida pública, e o governo Dilma demonstra a dominação masculina sofrida pelas mulheres nesse meio, além de percebermos as nítidas resistências e mecanismos utilizados com o propósito de ridicularizar, suspeitar ou diminuir a importância das mulheres que ocupam cargos de poder e decisão.

Em Guarapuava, as mulheres que atuam na política têm encontrado essas mesmas dificuldades durante seus mandatos? Têm encontrado essa forma de dominação? Para ajudar a entender o que se passa no cenário nacional, também é importante tratarmos do cenário local, pois é nas comunidades que surgem os sujeitos políticos, e dali partem para um caminho de atuação frente aos postos de poder e decisão.

3.1. Depois da conquista: A mulher e a política em Guarapuava

O município de Guarapuava se situa na região central do Estado do Paraná, e sua principal fonte de economia é a agricultura. É também a maior produtora de cevada do Brasil, com uma das maiores fábricas de malte do mundo, responsável por vinte por cento da produção nacional do produto. Possui também indústrias madeireira e de celulose, além da produção de erva-mate para chimarrão.

Sua história aponta que foi um território habitado por milhares de anos pelos indígenas caingangues, e posteriormente, quando houve expansão territorial ibérica na América no século XVI, foi ocupada por população europeia. Contudo, a região de Guarapuava só foi realmente colonizada pelos europeus no início do século XIX, quando estes, a fim de consolidar a posse estratégica deste território, visavam garantir a nova fronteira com a Espanha. A Real Expedição de Conquista e Povoamento dos Campos de Guarapuava, então comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, chegou à região em 1787 com cerca de 300 famílias. Em 1810, os caingangues da região foram vencidos pelas tropas de Diogo Pinto de Azevedo. Assim, os "campos de *Koran-bang-rê*", termo pelo qual

os caingangues designavam a região, se transformaram na atual cidade de Guarapuava²¹.

Entre 1812 e 1859, Guarapuava foi a primeira localidade brasileira a receber condenados ao degredo pela justiça para ocupar a região com "brancos", para ajudar a manter os índios nas matas²². A cidade surgiu, oficialmente, com a assinatura Formal de Instalação da Freguesia de Nossa Senhora de Belém, em dezembro de 1819, momento em que houve a transferência da freguesia e da Igreja Nossa Senhora de Belém para o local, o qual era o mais adequado para a construção da igreja, a atual sede do município. Na história da cidade se encontra presente, portanto, a ação de grupos religiosos, católicos e de orientação conservadora.

Da mesma maneira como aconteceu no restante do país, a política em Guarapuava foi exercida pelos homens e exclusivamente para eles durante boa parte de seus anos. O modelo patriarcal que propõe o homem branco como provedor do lar, possuidor de bens e centro decisório na política foi amplamente difundido na região desde a colonização. As mulheres, negros e pessoas sem renda não tinham voz e nem vez na política. O direito ao voto, conquistado em 1932, permitiu que anos mais tarde, houvesse a inserção da mulher nos cargos políticos, e em 1951, Guarapuava teve a primeira participação feminina numa eleição. Alba Keinerth foi então lançada pelo partido de Antonio Lustosa de Oliveira, mas não se elegeu. A derrota da candidata foi então explicada pela falta do entendimento, sendo isso uma competência não feminina. Acreditava-se que a mulher ao trabalhar fora de casa estava fugindo de suas obrigações e não conseguiria cuidar dos filhos e marido²³.

21 *Povos indígenas no Brasil*. Disponível em <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang/287>. Acesso em 18 de junho de 2015.

22 *Interior do Paraná recebia condenados do Brasil Império* Folha de 30 de dezembro de 2010.

23 *O corpo da docência: a mulher e a construção do ensino normal em Guarapuava (1930-1960)*. / Sonia Antonovicz Vicentin; Carlos Herold Junior. – – Guarapuava: Unicentro, 2012.

Somente em 1976, a primeira vereadora foi eleita: Carmen Izidoro, que saiu candidata por influência do seu irmão e a pedido de algumas pessoas. Carmen cumpriu mandato até 1980. Em 1992 a radialista Marli Rosa se elege e permanece até 1996, quando a enfermeira Maria José Mandu Ribeiro Ribas (PSDB) é credenciada a substituir a radialista que não foi reeleita. A enfermeira está atualmente no seu quarto mandato consecutivo. Entre 1996 e 2000 Almira Angelucci se elege na Câmara. No período entre 2001 a 2004 a bancada feminina aumenta com a entrada da socióloga Maria Magdalena Nerone que se soma a Maria José. Em 2006 a suplente Neuzi Gonçalves do Nascimento (PP) assume em substituição a outro vereador que se licencia para ser candidato a deputado. Em 2008, a contabilista Eva Schran (PHS) foi eleita, e em novembro de 2011 com o afastamento do peemedebista Admir Strechar, Almira retorna ao Legislativo aumentando a participação para três vereadoras. Nas últimas eleições, em 2012, a vereadora Maria José se reelege e Nerci Guiné conquista uma cadeira pela primeira vez na câmara de vereadores. Eva Schran assume o cargo de vice-prefeita na primeira gestão de César Silvestri Filho (PSDB).

Com 161 anos de história, a Câmara Municipal de Guarapuava, apresenta um número baixo de vereadoras, e como ocorre no restante do país, mesmo com histórico de luta pelos direitos de atuação política, os percalços encontrados por cada uma delas foram grandes. Apenas uma delas, a vereadora Maria José Mandu Ribeiro Ribas, tem conseguido se manter no cargo, tanto que já encontra-se no quarto mandato consecutivo. As disputas e dificuldades encontradas por essas mulheres faz com que elas se deparem com um ambiente hostil para a atuação, o que as leva a tomada de estratégias e artifícios para conseguirem afirmação política e maior participação. Apesar das dificuldades encontradas no campo, as mulheres na política local tiveram diferentes estímulos para a entrada no poder, percorrendo trajetórias também diferenciadas.

3.1.1. Nerci Aparecida Guiné

A primeira entrevistada para estudo de caso dessa dissertação é a atual vereadora Nerci Aparecida Guiné. Por meio de sua fala e relatos, ela narra sua trajetória dentro do espaço público, especificamente o político, e desse modo pretende-se compreender como se inseriu na política local e quais suas conquistas. A vereadora, que disputou o cargo pela primeira vez nas eleições de 2012, elegeu-se com 1,640²⁴ votos, e conta que passou por um caminho bastante desgastante para chegar até o cargo. Aos 62 anos, negra, mulher, solteira e professora, Nerci Aparecida Guiné se define como uma sonhadora. Eleita pelo Partido Humanista da Solidariedade – PHS²⁵, Atualmente é 1ª Secretária da Mesa Diretora da Câmara, onde participa da aprovação de leis e projetos. Para ela, a maior dedicação enquanto vereadora é atuar frente aos projetos voltados à educação junto às escolas. Também atua em projetos na Casa da Cidadania no Bairro Primavera, em parceria com o Movimento de Mulheres no bairro, onde são ofertados cursos e um espaço para que as mulheres e crianças possam aprender e se interagir a fim de trocar experiências.

Nerci conta desde criança já se demonstrava sociável, receptiva e preocupada com o bem estar das outras pessoas ao seu redor. Aos três anos começou a frequentar a escola junto com seus irmãos. Nerci entrou para a faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarapuava (atual Unicentro), onde cursou matemática e fez pós-graduação em Metodologia do Ensino de Primeiro Grau. A vereadora conta que se recorda de sua infância com muita saudade, principalmente de seus pais. Dentre seus sonhos de criança, lembra também que sonhava em ser aeromoça, mecânica e religiosa. Sua atuação em projetos

24 Disponível em <http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2012/resultado-eleicao.html>.
Resultado das eleições de 2012.

25 O Partido Humanista da Solidariedade - PHS, sucedâneo do Partido da Solidariedade Nacional - PSN, do PHD Brasil Solidariedade e do Partido do Solidarismo Libertador - PSL, tem suas raízes ainda na década de 60, quando algumas das suas mais expressivas lideranças tiveram contato com o Pe. Fernando Bastos de Ávila que, na ocasião, publicou os livros "Neo-Capitalismo, Socialismo, Solidarismo" e "Solidarismo". Naquela época, muitos companheiros sonharam em criar um partido solidarista para dar curso às ideias apresentadas naqueles livros, criando uma nova opção partidária. Para saber a respeito do partido, acessar <http://phs.org.br/>. Acesso em 01/09/2015.

políticos e sociais já vem desde então, quando juntamente com seus pais, atendia aos pedintes que chegavam ao portão de casa.

A carreira política nunca esteve nos planos de Nerci, mas as pessoas ao seu redor sempre alertavam que ela se encaixaria muito bem no papel de vereadora. “Inclusive a vice-prefeita Eva Schran, que anteriormente me falava a respeito de uma candidatura, mas a decisão surgiu de uma indicação feita através do Projeto Pelo Bem Comum desenvolvido pela Paróquia Sant’Ana de Guarapuava numa reunião do Conselho Pastoral da Comunidade”. Com o apoio e ajuda dos familiares, amigos e comunidade, Nerci decidiu entrar para a legislatura. No início da carreira política surgiram muitas dificuldades, até por que se deparou com um novo meio diferente ao que estava acostumada, e uma mulher negra era “marinheira de primeira viagem” na Câmara de Vereadores. Entretanto, nada impediu que seus projetos tomassem impulso apesar das dificuldades encontradas.

São vários os projetos realizados até o momento, dentre eles: Semana de Valorização do Professor e Professora e do Educador e Educadora Infantil da rede municipal de Ensino; Projeto de lei que proíbe a inauguração de obra pública não concluída, institui o “Habite-se especial” no âmbito do Município de Guarapuava; Projeto SOS Guabiroba; Projeto que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Campina do Guabiroba; Projeto que institui a Campanha de Prevenção aos Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais, denominada de “Abril Verde” no município. E em andamento a conversação para a implantação da Guarda Municipal de Guarapuava e aproveitamento do terreno do 26º GAC no Bairro Santana.

Nerci destaca a importância de se preparar, estudar e estar ciente dos problemas e dificuldades encontrados na sociedade. A vereadora acredita que a baixa representação das mulheres na política se deve à falta de incentivo e preparo. “Para aumentar o número de mulheres parlamentares deveremos incentivar todas as mulheres para que possam contribuir com esse trabalho que não é fácil e exige amor, dedicação e competência, como qualquer outro”. Para Nerci, apesar do grande apoio encontrado desde sua candidatura, o espaço

político ainda é misterioso para as mulheres, pois a sociedade ainda tem a concepção que a atividade deve ser exercida apenas por homens. “Vejo isso no discurso das pessoas. Já me perguntaram o que estou fazendo aqui, como se trabalhar aqui não fosse de minha competência. Mas apesar disso sigo em frente e não tenho medo das dificuldades, que já foram muitas até aqui e tenho certeza que virão muitas outras”.

Dando continuidade a seus planos e projetos realizados nesses dois anos e quatro meses como vereadora, Nerci conta que tem lutado em busca de nomes de mulheres que tenham perfil e gostem de lutar por uma sociedade melhor e mais humana. “O caminho é participar mais e mais dos Conselhos da Mulher, da Rede de Combate a Violência contra a Mulher, da Saúde, da Educação, da Promoção Social, do Concidade, etc. Buscando alternativas para resolução de problemas que sejam palpáveis e concretas. Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer somente participando muito, e sem medo de ser mulher”.

A vereadora acredita que o vereador é uma ponte entre o executivo e as secretarias, um intercessor pelo povo:

A minha função é fiscalizar e criar leis, mas sem o povo também não sou nada. Eu posso levar até as secretarias a criação de um novo projeto, uma ideia, dificuldades que a população encontra, uma coisa que possa evoluir e se tornar uma possível lei. É importante que o cidadão participe da política, nós enquanto vereadores estamos sempre abertos ao diálogo.

Projetos de Lei da vereadora:

Projeto de Lei Ordinária (L) 18/2015 em 11/05/2015

Institui a Campanha de Prevenção aos Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais, denominada de “Abril Verde”, no âmbito do Município de Guarapuava, e dá outras providências.

Projeto de Lei Ordinária (L) 6/2015 em 08/04/2015

Ementa: Altera a denominação da Rua João Guimarães Rosa – Bairro São Cristóvão, para Rua Santa Teresa de Jesus.

Projeto de Lei Ordinária (L) 60/2014 em 04/12/2014

Declara de Utilidade Pública a Academia de Letras, Artes e Ciências de Guarapuava.

Projeto de Lei Ordinária (L) 50/2014 em 01/10/2014

SUMULA: Declara de Utilidade Pública o Clube de Orientação Lobo Bravo (COLB).

Projeto de Lei Ordinária (L) 30/2014 em 13/06/2014

Concede título de Cidadão Honorário do Município de Guarapuava ao Reverendíssimo Padre Ari Marcos Bona.

Projeto de Lei Ordinária (L) 16/2014 em 22/04/2014

Súmula: Denomina o CEMEI, sito a Rua Luiz Missimo Pizzano, 895 – Bairro Primavera, para Centro Municipal de Educação Infantil Professora Abadia Terezinha Jacob.

Projeto de Lei Ordinária (L) 13/2014 em 28/04/2014

Súmula: Determina ao poder executivo, a criação de guichê de atendimento preferencial para idosos, portadores de deficiência, gestantes, lactantes, pessoas com crianças no colo e doadores de sangue no interior da Prefeitura Municipal.

Projeto de Lei Ordinária (L) 112/2013 em 18/11/2013

Altera a Lei nº 1.777/2008 que institui a Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência no Município de Guarapuava, em sua súmula e artigos, modificando sua denominação e altera os artigos 1º, art. 2º, inciso II e art. 4º da mesma lei; revoga a Lei nº 1811/2009 de 15 de junho de 2009.

Projeto de Lei Ordinária (L) 99/2013 em 07/10/2013

Institui a “Semana de Valorização da/o Professora/or e da/o Educadora/or Infantil” da Rede Municipal de Ensino.

Projeto de Lei Ordinária (L) 80/2013 em 19/09/2013

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores, Moradores e Amigos da Campina Guabiroba.

Projeto de Lei Ordinária (L) 67/2013 em 13/09/2013

Súmula: Proíbe a inauguração de obras públicas incompletas e/ou concluídas, porém que não atendam ao fim que se destinam, no âmbito do município de Guarapuava.

Projeto de Resolução (L) 1/2015 em 25/02/2015

Ementa: Altera o Art. 2º. da Resolução 02/2002.

Projeto de Resolução (L) 17/2013 em 17/12/2013

Altera o Art.140 e o seu Parágrafo Segundo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarapuava.

Projeto de Resolução (L) 16/2013 em 05/11/2013

SÚMULA: Altera a redação do art. 140 e de seu parágrafo 2º, e o inciso II do art. 202 da Resolução 13/2004 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarapuava).

Projeto de Resolução (L) 15/2013 em 15/10/2013

Súmula: Altera a redação do Art. 119 e de seu Parágrafo 2º da Resolução 13/2004.

Projeto de Resolução (L) 12/2013 em 22/10/2013

SÚMULA: Altera dispositivos da Resolução 13/2004 e da outras providências.

Projeto de Emenda a LOM (L) 3/2013 em 03/10/2013

Altera a redação do artigo 23º da Lei Orgânica Municipal.

Projeto de Emenda a LOM (L) 1/2013 em 25/06/2013

Altera a redação do artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Guarapuava.

3.1.2. Maria Magdalena Nerone

A segunda entrevista oral foi realizada com Maria Magdalena Nerone. Nascida em uma época onde a mulher havia recém conquistado o direito ao voto, dedicou boa parte de sua vida aos estudos e produção acadêmica à procura de uma contribuição social. Nascida no município de Rebouças, no Paraná, mudou-se para Guarapuava ainda jovem junto com o esposo, e sempre se dedicou à família, conciliando o sucesso profissional com a criação dos filhos. Filha de José e Amélia (*in memoriam*), e é casada com Livio Nerone há mais de 50 anos, união que gerou cinco filhos e seis netos.

Desde jovem Magdalena Nerone almejava conquistar um espaço significativo na sociedade, e para isso se baseou na educação que recebeu dos pais e persistência em busca dos sonhos. “Sempre sonhei em fazer diferença na sociedade, mas na minha época era difícil para a mulher ir a busca de seus sonhos. A maioria das mulheres era incentivada ao casamento, e a família era a única forma de satisfação e realização”. Para isso Magdalena estudou, e contou com o apoio do marido na criação dos filhos, além de obter ajuda de pessoas de fora da família com os cuidados diários e educação das crianças. Assim sua carreira pode então tomar as proporções que desejava.

Maria Magdalena Nerone é pesquisadora e especialista no estudo dos faxinais no Paraná, foi à Espanha investigar a fundo o tema pela Universidade de Salamanca, lançando em debate nacional e internacional a questão das comunidades faxinalenses, e participando inclusive na formulação de um projeto governamental sobre o tema. Fez faculdade de História pela FAFIG (atual Unicentro) e iniciou sua carreira na educação, lecionando inicialmente em escolas rurais e posteriormente nos cursos de graduação e pós-graduação. É mestre em Sociologia pela Escola de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (USP), e Doutora em História e Sociedade pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP).

Dentre suas produções científicas, destacam-se os livros “Sociologia das Organizações: o comportamento humano nas organizações complexas”, e “Sistema Faxinal: terras de plantar, terras de criar”, publicado em 2015 pela UEPG, e autora de inúmeros artigos, entre eles “Liderança”, “Comunicação” e “A Invisibilidade do Negro na História de Guarapuava”. E poesias, entre elas “Crepúsculo”, “Cozinha de Chão”, “Parto Ambiental” e “Olhar Além”. Seu trabalho e pesquisa tem contribuído fortemente para o asseguramento e divulgação das comunidades de faxinais, revelando a complexidade do sistema e a interação entre sociedade e meio ambiente. Sua última obra utiliza um aporte teórico e metodológico sob a luz de diferentes áreas do conhecimento, como história, geografia, sociologia, antropologia, e ciências ambientais, articulando implicações socioeconômicas, políticas, jurídicas e ambientais.

Inserida no cotidiano dos faxinais, Magdalena elaborou documentos oficiais e outras fontes que garantiram conquistas significativas para a comunidade faxinalense, resgatando sua memória e identidade. Sua obra indica os fatores responsáveis pela desagregação do Sistema Faxinal, contribuindo para a história paranaense, apontando alternativas econômicas e sociais e a implantação de políticas públicas para os faxinais, servindo de referência para outros pesquisadores no Brasil e no mundo.

Na política, foi a partir do envolvimento junto à comunidade por meio de projetos sociais que Magdalena se entusiasmou. “Foi por meio de amigos e

amigas da comunidade que decidi entrar para a política. Foram muitos pedidos, e como eu sempre quis atuar em prol de causas sociais, a ideia me pareceu interessante e me empolguei”. Depois de se candidatar, foi eleita para ocupar uma cadeira como vereadora na Câmara Municipal pelo PHS, no mandato de 2000-2004, onde se destacou e foi autora de inúmeros projetos. Conforme relata, sua luta se destacou em prol da educação, cultura, promoção social, meio ambiente e da participação popular, dignificando o espaço da mulher na política na cidade de Guarapuava.

Dentre seu trabalho no legislativo, e acreditando na cultura como meio de agente transformador, solicitou a criação de um Grande Teatro Municipal para a cidade em 2002, e a criação de uma Fundação cultural ou Secretaria de Cultura, dois dos seus principais projetos. “Guarapuava com seus 200 anos de história, apresenta lacunas, principalmente na área cultural”. Para Nerone, os espaços físicos e estruturados são fundamentais. “É onde se possibilita o desenvolvimento de um saber e um fazer cultural, pois a crise de civilização que vivenciamos não é apenas de caráter econômico e social, mas é cultural e de valores humanos. Os espaços culturais são fundamentais para que jovens e crianças possam interagir e adquirir conhecimento, desenvolvendo-se de forma sadia para uma profissão no futuro”.

Magdalena Nerone vê a necessidade de olhar para Guarapuava com novas lentes, conduzindo a cultura ao patamar da centralidade. “Somente com transformação da realidade social, combatendo a exclusão e criando um ambiente de paz e fraternidade poderemos reedificar este mundo, tarefa que passa pela educação e pela promoção da cultura”. Fator importante também para a mudança do cenário político representativo feminino no Brasil, conforme complementa:

O Brasil não é único país que sofre com a baixa participação da mulher na política, é um fator de proporção mundial, pois as culturas ainda são predominantemente machistas. Mas se tratando de nível regional, precisamos lembrar que a mulher merece oportunidades maiores e mais incentivo para ingressar nesse campo. Sabemos que a mulher pode contribuir de maneira eficiente em qualquer campo, que é uma ótima profissional, e apresenta o mesmo desempenho que o homem em qualquer papel frente às questões sociais. Eu passei por muita coisa pra chegar até onde cheguei, mas era outra época. O que não podemos admitir é chegar nos dias atuais, onde as mulheres são

a maioria da população, permitir que nos enxerguem como seres inferiores, como se o tema política não nos fosse assunto de interesse e respeito.

Para se eleger Maria Magdalena conta que enfrentou muitos desafios, “algumas pessoas vinham me perguntar o que eu estava fazendo ali”. Mesmo depois de eleita, não era compreendida. “Não gosto muito de falar disso, mas durante meu mandato, outros vereadores me olhavam de maneira discriminatória pelo fato de eu ser mulher. A ideia de que mulher e política não combinam ainda é muito evidente no meio político”.

Protagonizando também fora da academia e política, Maria Magdalena foi 1ª Secretária de Promoção Social, é membro fundador da Academia de Letras, Artes e Ciências de Guarapuava, da qual foi presidente entre 2010 a 2013, foi Coordenadora Estadual do Ministério de Promoção Humana – RCC, entre 2011 e 2012. Atualmente é Membro da Academia de Letras e Artes de Paranaíba-RJ, do Instituto Histórico de Guarapuava, da Associação dos Docentes Aposentados da Unicentro, do Movimento Político pela Unidade, do Grupo da Pastoral Familiar com Pastor, Presidente do Movimento Pró-Cultura de Guarapuava, professora do Curso de Fé e Política²⁶ de Guarapuava.

3.1.3. Eva Schran de Lima

A terceira personagem que recebe destaque na cena política guarapuavana é Eva Schran de Lima. A contabilista se elegeu vereadora no mandato de 2009-2012 também pelo PHS²⁷. Atualmente Eva é vice-prefeita de Guarapuava, no mandato de César Silvestri Filho. Como as outras duas candidatas, escolheu entrar para a política devido ao pedido da comunidade que atuava e também por meio do

²⁶ A Escola Diocesana de Fé e Política propõe reflexão sobre conteúdos multidisciplinares, de caráter ético, filosófico e sociológico para contribuir na construção da cidadania, valorizando critérios cristãos e visando uma nova cultura política. Dados fornecidos pela secretaria do curso.

²⁷ Torna-se importante destacar que apesar da coincidência de partido, as três figuras escolhidas para as entrevistas para essa dissertação, foram escolhidas por serem as que mais se destacaram politicamente. O partido realmente representa uma força dentro da comunidade Guarapuavana por estar aliado aos grupos da Igreja Católica, religião predominante no município, e que possui grande influência na sociedade.

grupo da igreja, no Bairro Primavera. Quando vereadora passou a participar do Projeto pelo Bem Comum, desenvolvido pelo partido e ajudou na fundação da Casa da Cidadania do Bairro, que possibilitou um espaço onde as mulheres têm acesso a cursos e oficinas, e também é estendido às crianças.

Eva Schran também atua junto ao Movimento de Mulheres da Primavera, que teve início com a 1ª Romaria da Mulher em 2004. No início apenas mulheres do Bairro Primavera participavam, mas aos poucos, mais pessoas da cidade se juntaram ao grupo. Todos os meses são realizadas reuniões para conversar sobre as necessidades das mulheres, seus anseios e desafios. O objetivo do movimento é promover a emancipação das mulheres nas esferas financeira, emocional e política, com foco no equilíbrio de gênero na sociedade. Hoje o movimento passa por um momento de expansão em Guarapuava, pois ajudou na fundação e organização do Movimento de Mulheres do Alto da XV e do Movimento de Mulheres do Xarquinho. Os três movimentos mantêm planejamento e ações em conjunto²⁸.

As dificuldades encontradas pelo caminho ao entrar para a carreira política foram muitas, a “determinação e fé”, de acordo com Eva, foram fundamentais para que tudo se encaminhasse e sua eleição se tornasse realidade. A contabilista, que até então atuava em projetos no bairro onde mora, onde também trabalhava, contou com grande apoio das pessoas dali e principalmente da família. “Sem todo o apoio de meu marido, filha, parentes e amigos, talvez eu não tivesse despertado para a carreira política. Eles foram fundamentais nesse processo e me ensinaram muita coisa”.

Conciliar a carreira profissional com a carreira política acabou sobrecarregando o dia-a-dia. “Tive que organizar meus horários, mas nada que me deixasse sobrecarregada ao ponto de não conseguir dar conta. Afinal outras pessoas, como minha filha, passaram o tomar conta do escritório e tinha apoio dos familiares nesse sentido também”. Hoje o trabalho aumentou e as

28 Movimento de Mulheres da Primavera, disponível em <http://mulheresdaprimavera.blogspot.com.br/>. Acesso em 31/07/2015.

responsabilidades também, por isso, tem se dedicado integralmente ao cargo na prefeitura.

Eva Schran acredita que a participação feminina na política e sociedade teve avanços, mas ainda necessita de conquistas bem maiores. Durante uma pesquisa realizada para um curso de pós-graduação em Ciência Política enquanto vereadora, concluiu que em Guarapuava a situação histórica e cultural pode ser um exemplo da invisibilidade feminina. “Embora a mulher tenha uma participação fundamental em todos os processos da história, desde a distribuição das sesmarias, por exemplo, o trabalho da mulher não constava, embora fosse ela quem cozinhava e fazia as roupas na expedição de Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Não existe nenhum registro que mencione essa participação”. Para a vice-prefeita, a participação da mulher é fundamental. “A mulher vê a sociedade com um olhar diferente do homem, vê detalhes que ele não percebe. O homem está condicionado a trabalhar por causas específicas. E muitas vezes, somente as mulheres conseguem perceber fatos e ter uma nova percepção de determinados fatores”.

Conquistar novos espaços e conseguir manter-se neles é uma das maiores dificuldades encontradas pelas mulheres, e isso se ressalta quando a cultura da região é mais fechada. “Embora a cultura de Guarapuava seja mais conservadora pela sua própria formação histórica, a mulher sempre se fez presente e procura uma janelinha para participar, principalmente, na política que é uma das áreas mais difíceis”. Eva toma como base a própria história da Câmara Municipal de Guarapuava e na Prefeitura.

A nossa Câmara possui um histórico de vereadoras pequeno. Entendo que a imposição masculina ainda é muito forte e acaba inibindo participação feminina. Mas sou otimista. Acho que a eleição da nossa presidenta Dilma e a nomeação de mais mulheres em ministérios vai quebrando paradigmas. Veja: a mulher tem direito a votar há pouco mais de 80 anos e já temos uma presidenta da República. Acho que as conquistas estão caminhando a passos largos.

Muitas vezes, a figura feminina é obscurecida pelos próprios homens, que apesar das suas lutas, nunca precisaram de meios e tomada de estratégias para provar que são eficientes e apagar um passado opressor que os mantinha

impotentes. Para Eva os homens não dão mais espaço às mulheres, resultando na baixa representação feminina na política, porque sabem que “somos muito capazes”, e talvez tenham receio de, inclusive, enfraquecer seu espaço nesse meio.

Eva Schran conta que já foi alvo de ataques machistas enquanto atuava como vereadora, quando por muitas vezes sofria discriminação por parte da própria população ou por parte de colegas durante as sessões da Câmara de vereadores, mas prefere não comentar sobre isso. Entretanto, se defende, ao afirmar que não há diferença alguma entre o ser homem e o ser mulher, todos são igualmente capazes de desempenhar o papel que desejarem se empenharem com honestidade em seus ofícios. “Sou muito otimista, e vejo um futuro grandioso para as mulheres nesse meio, desde que lhes sejam garantidas os seus direitos”.

A dar exemplo, Eva Schran também é secretária de Políticas Públicas para as Mulheres em Guarapuava, secretaria que ela mesma se empenhou para fundar. Nos últimos dois anos o trabalho junto à secretaria colocou a cidade como polo no enfrentamento à violência contra a mulher na região, devido à estrutura de serviços efetivados, desde o atendimento à vítima até o seu empoderamento econômico com cursos profissionalizantes. “Liderar essa equipe é um desafio, por trabalharmos num ambiente complexo que, ao mesmo tempo, dá suporte à dor da mulher vitimizada e alimenta os sonhos de muitas mulheres em ter seu próprio negócio. Com isso, contribuímos no desenvolvimento econômico e social da região”, relata Eva Schran.

As mulheres necessitam de estrutura, de apoio por parte da família e conjugues para conquistarem seu espaço, mesmo numa sociedade dita democrática, ainda enfrentamos diversos fatores, que imperceptivelmente acabam oprimindo a mulher. “As mulheres precisam ser melhor representadas. Precisam de políticas que lhes assegurem seus direitos enquanto cidadãs. Precisam de garantia de educação e de trabalho. Nenhuma mulher consegue por conta própria cuidar de filhos, casa, marido e ainda estudar e trabalhar, precisa de apoio dentro e fora de casa”. Quanto à participação e ingresso na política, a vice-prefeita acredita que o primeiro a ser dado pelas mulheres é acreditar que podem fazer a

diferença e deixar de lado os comentários maldosos. “Otimismo sempre, e nunca se deixar levar pelo o que os outros pensam. Se você tem um sonho em prol do bem do outro, já é o primeiro passo, o segundo é ir à luta”.

Projetos de Lei:

Projeto de Lei Ordinária (L) 65/2012 em 05/03/2012

LEI N° 2026/2012

SÚMULA: Dispõe sobre o uso de aparelhos sonoros no transporte coletivo do Município de Guarapuava - PR.

Projeto de Lei Ordinária (L) 39/2012 de 11/10/2013

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o Observatório Social de Guarapuava.

LEI N° 2067/2012

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo para extinguir a ação anulatória nº 3.692/2007, que tramita na 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba – Paraná, proposta pelo Município de Guarapuava contra a SANEPAR e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N° 60/2011.

LEI N. 2012/2011.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação do Movimento de Mulheres do Bairro Primavera.

PROJETO DE LEI N° 58/2011.

Autoria:- Vereadoras Eva Schran de Lima e Maria José Mandu Ribeiro Ribas.

LEI N. 2010/2011.

SUMULA: Estabelece a obrigatoriedade de Divulgação da Lei que garante às parturientes o direito a acompanhante e dá outras providências.

LEI N. 2000/2011.

SUMULA: Cria a o dia DO PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas no Município de Guarapuava e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N. 31/2011.

LEI N. 1972/2011.

Súmula:- Denomina a Travessa Código 17528, no Bairro dos Estados, neste município, de Travessa Francisco Golinhaki.

LEI N° 1930/2010

SÚMULA: Concede Título de Cidadã Honorária de Guarapuava.

PROJETO DE LEI N° 56/2009.

LEI N. 1851/2009

SUMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores e Produtores Rurais de Morro Grande e Mato Dentro.

LEI N. 1835/2009.

Súmula:- Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a denominar de Professor Elinton Antonio Iglesias, uma das Escolas Total de nossa Cidade.

LEI N. 1791.2009

Súmula:- Declara de Utilidade Pública a Associação de Judô Fernando Santos

3.2. Espaço e atuação

Tomando como base a trajetória das entrevistadas, notamos que há duas vias principais de estímulo e/ou apoio para entrar na vida política: a família e os movimentos sociais. Mesmo com diferentes maneiras de se inserir na política, as mulheres acabam por se deparar com um campo novo para atuação, e por não terem uma tradição consolidada na política municipal em Guarapuava, enfrentam desafios para se afirmarem, embora nem todas as entrevistadas concordem.

Para as entrevistadas, mesmo após a conquista de seu espaço no poder, a questão do machismo e preconceitos sofridos por ele, é um ponto difícil de se tratar, por isso preferem não tratar do assunto, mesmo por receio de com isso, talvez iniciar confronto com outros políticos ou com o meio em que atuam. Todavia, os relatos apontam, mesmo que subjetivamente, que a participação da mulher na política gera insatisfação por parte de outros políticos, e elas sofrem hostilização no meio. Uma das entrevistadas contou que chegou a sofrer ameaças contra pessoas da família e de sua convivência no seu mandato se não votasse a favor de determinado projeto de lei.

Tal pensamento sexista manifestado na sociedade local acaba por limitar, dificultar, e muitas vezes limitar a atuação feminina na política. A resistência é ainda maior quando a mulher está vinculada a um partido de oposição, demonstrando o quanto o machismo e o conservadorismo local age na política. Muitas vezes essas mulheres não enfrentam apenas o preconceito de gênero, mas também o racial e de classe. Em uma cidade onde a carreira política é

passada comumente por meio de pai para filho, aquele que conquista espaço por luta dentro das comunidades mais carentes, acaba sendo visto com maus olhos por seus “adversários”, e apontado por meio de julgamentos. Uma das candidatas, durante entrevista, apontou mais um empecilho para a candidatura feminina: a dificuldade financeira:

Para conseguir se eleger é preciso ter dinheiro na mão, não para comprar votos nem nada disso. Precisa de dinheiro para poder bancar a campanha, com propaganda e divulgação pelos bairros. Precisa mostrar que tem dinheiro para ter mais credibilidade perante às pessoas, se não já nos chamam de pobre coitado. E pobre coitado nessa sociedade não tem vez. Para chegar até aqui é preciso se desfazer muitas vezes, de parte dos próprios bens. Nosso caminho não é fácil²⁹.

Diante de tais dificuldades apresentadas, percebemos o quão sinuoso é o caminho de entrada para a mulher na política, se tornando uma espécie de aventura e até mesmo um jogo, onde se deve atender as necessidades domésticas, do cuidado com filhos e marido e outros afazeres de cunho “feminino”. Esta concepção tomada como natural durante séculos por muitas sociedades e religiões, e ainda encontrada na sociedade, limita seriamente a capacidade das mulheres, que muitas vezes, não podem investir mais tempo em suas carreiras políticas e muito menos dedicar tempo para o lazer. Às que tentam conquistar espaço na política local, cabe a tomada de diferentes estratégias, mesmo inconscientes, para garantirem sua inserção no meio. Uma das estratégias muito utilizada e que podemos perceber a na maioria dos discursos de campanha das mulheres, é o uso das qualidades “femininas” como característica, e história de luta ao lado da família. Enquanto que os vereadores homens procuram destacar sua história de carreira profissional e não utilizam filhos ou família para complementar sua imagem durante as campanhas eleitorais, as mulheres dificilmente deixam de informar suas condições de mãe.

Na política de Guarapuava, percebemos que a vereadora que mais se destacou, utilizando sua condição de mãe foi a senhora Magdalena Nerone, que gerou cinco filhos. Apesar de sua carreira profissional merecer grande destaque, o

29 A entrevistada pediu para que não fosse identificada para não causar intrigas políticas.

fato de criar cinco filhos lhe ofereceu uma condição de mulher guerreira, que possui todas as qualidades femininas e conseguiu dar conta da carreira profissional e ainda dedicou-se à política.

Para Magdalena Nerone, a mulher é um ser especial, dotado de inúmeras qualidades:

Devemos enxergar a mulher como um ser responsável por apaziguar as relações. A mulher é naturalmente pacífica, cuidadosa, e sábia nos assuntos familiares. O que vemos hoje é uma tentativa de inversão de papéis, como se as mulheres quisessem se vingar dos homens por todo esse tempo de dominação. Mas não, a mulher deve ser aquilo que ela quiser sem a necessidade de provar ser melhor que o homem.

Se analisarmos a situação mais a fundo, percebemos que a virtude da mulher estaria em desenvolver ou reproduzir um comportamento de âmbito privado, legitimado pelo masculino. A mulher é em grande parte imaginada ou idealizada como um indivíduo dependente e que vive para atender os desejos de outras pessoas, mostrando sua passividade perante a sociedade que a cerca.

A vereadora Nerci Guiné, utilizou em sua campanha essa estratégia, colocando a educação e família como temas principais que deveriam ser tratados no seu mandato. Chamando atenção dos grupos religiosos e de educadores, conquistou a afeição da população. Outro fato que utilizou foi a luta pela garantia dos direitos das mulheres e da população negra, já que sua trajetória de vida já era marcada por tais lutas.

As representações sociais que se traduzem nos discursos e ações acabam ligando os papéis políticos aos papéis que os sujeitos desempenhavam na sociedade em épocas anteriores: Mulher-mãe-esposa e homem-trabalhador-administrador. Por isso, para a mulher não restam muitas alternativas a não ser recorrer ao essencialismo para ganhar visibilidade. Para Araújo (2001), nessas concepções fica implícita a ideia de que o simples ingresso das mulheres no cenário político alteraria não apenas o cenário, mas maneira de governar e a qualidade política.

É perceptível também, por meio das entrevistas, o quanto a religião assume um papel essencial como estrutura para parte das mulheres que atuam na política. Duas das três entrevistadas, Nerci Guiné e Eva Schran, citaram os grupos de

igreja, bem como o apoio deles, como um dos incentivadores para a entrada delas na política, o que acaba influenciando também a postura delas durante seus mandatos e decisões. As três figuras entrevistadas para estudo de caso para a produção dessa dissertação, tem forte ligação com a igreja católica, pois, além de se elegerem por um partido (PHS) de cunho cristão e voltado a tal pensamento, determinam ou determinaram sua atuação política baseada no pensamento cristão.

Enquanto as ações deveriam se voltar a um pensamento que beneficiasse à toda a população, não que não beneficiasse, as atitudes acabam sendo guiadas por ideologias religiosas, esquecendo-se do tratamento baseado na laicidade do Estado e imperativos da Cidadania. O fato das três vereadoras terem sido eleitas pelo mesmo partido demonstra que este incentiva e mostra eficiência quanto à política de incentivo da participação da mulher na política. Entretanto é um partido atrelado à uma determinada religião, e que tende a seguir seus princípios ideológicos, não possibilitando a discussão de temas como aborto ou união entre pessoas do mesmo sexo, assuntos os quais merecem atenção e respeito nos dias atuais.

Corre-se o risco então da cidadania ser substituída pela moral religiosa, já que a máquina pública passa a ser orientada em privilégio de determinados grupos e em detrimento de outros. Cabe ressaltar que a igreja, marcada pelo antifeminismo, e por uma visão pessimista das mulheres e da femininidade, inculca (ou inculcava) uma moral explicitamente familiarista, dominada pelos valores patriarcais e pela concepção de inferioridade das mulheres, agindo também de maneira indireta por meio da lógica simbólica dos textos sagrados, da liturgia e até dos templos e espaços religiosos.

Considerações Finais

Conforme bibliografia levantada para a produção dessa dissertação, é incontestável afirmar que as conquistas para as mulheres nos últimos séculos foram muitas, mas apesar dos avanços, a realidade social evidencia novas dificuldades a serem superadas. Em épocas passadas haviam formas evidentes de impedimento e limitação à participação política feminina, agora, nos deparamos com limitações que se desenvolvem por meio de formas mais sutis e menos visíveis que tendem a deslegitimar e desestimular a participação das mulheres na política, o que torna a luta pela igualdade e equidade de gênero mais difícil e o caminho mais sinuoso.

Na cidade de Guarapuava, bem como no restante do país, é visível que as mulheres tem alcançado, mesmo que de forma gradual, se inserir no campo político, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades, como o preconceito sexual, racial, dificuldades financeiras, pensamentos conservadores e formas de violência simbólica, como a dominação masculina. Todos esses fatores são fruto de um pensamento conservador advindo do sistema patriarcal que se manteve durante séculos na sociedade ocidental.

O que se percebe é que uma grande parcela das mulheres acaba reproduzindo, mesmo sem querer, o pensamento dominante, no sentido de assumir uma “essência feminina” ao adotar discursos que ligam a atuação das mulheres na política à qualidades como honestidade, maternidade, delicadeza e humildade. Dessa maneira, essas mulheres acabam por assumir uma postura de desvelo, de modo a dedicar-se com cuidado e carinho aos cidadãos, o que as direciona a atuarem em áreas específicas ligadas geralmente a serviços sociais, à educação e cuidados.

Se o discurso essencializa a participação da mulher com atributos que as diferenciam dos homens, este acaba por dissociar uma política de participação por uma política de ideias. Apenas a presença das mulheres no cenário político não garante que haverá uma participação efetiva na vida pública, ou talvez sucesso ao

defender seus interesses, pois o êxito na atuação política dependerá mais das ideias do que do sexo.

Passados quase vinte anos depois da aplicação da Lei de Cotas nos partidos políticos, as mulheres ainda são minoria no campo, e quando conseguem entrar para o poder público, não há garantia de que somente a participação feminina tornará visível as questões que afetem a vida das mulheres. É importante observar a trajetória de cada uma, pois percebe-se que muitas mulheres que mesmo participando da vida política, não possuem envolvimento com questões relevantes em organizações feministas, o que colabora a manter as políticas voltadas aos interesses femininos de maneira exclusiva ou pouco atendida.

Ao realizarmos esta pesquisa, notamos que há diferentes maneiras de entrada das mulheres no campo político, sendo que uma das vias é por meio das relações familiares, onde as mulheres usam um capital político convertido baseado no prestígio de marido ou familiares. Outra via de acesso é por meio de movimentos sociais, onde o capital adquirido na atuação é útil para o desenvolvimento da atuação política e fundamentando-se aí para a atuação no campo. A terceira via de acesso é por meio da participação em grupos religiosos, que se dá de forma parecida com a dos movimentos sociais. Entretanto, como a igreja representa forte influência na escolha de voto de parte da população, acaba por colaborar na eleição de determinados candidatos, que mesmo sendo mulheres, por participarem da igreja e por serem filiadas a um partido cristão, apresentam políticas limitadas e voltadas a interesses que não colaboram para a libertação da mulher da opressão e do sistema patriarcal. A defesa ou não de algumas propostas se configura como a sobreposição de ideais religiosos na cena política e no âmbito do Estado. Conforme levantado nessa pesquisa, as concepções religiosas acabam por limitar a percepção da cidadania em muitos temas, principalmente aos mais sensíveis para as mulheres, como a questão do aborto e métodos contraceptivos. A temática deixa então de ser tratada como uma questão de Estado e passa a ser pautada pela lógica da moral religiosa, de maneira a adotar uma postura que normaliza e criminaliza em detrimento de uma abordagem laica e pautada pela cidadania.

É importante lembrar que a ideia que se tem de que mulher faz política de um jeito diferente, com características voltadas ao desvelo, e até falta de interesses próprios, não se observa na realidade. As mulheres atuantes na política possuem uma história de vida e um *habitus* próprio, por isso é importante observar que a identidade dessas mulheres é composta por variados pontos, como filiação ideológica e trajetória política. Assim, não corre-se o risco de homogeneizar um meio que é diversificado.

Por meio das entrevistas, percebe-se que apesar da diversidade de atuações na esfera política guarapuavana, a trajetória política das mulheres não se diferencia tanto, pois foram eleitas por meio de um mesmo partido, com propostas políticas parecidas, voltadas a atender aos mesmos interesses. A única diferença entre as personagens é a trajetória de vida e carreira profissional. Entretanto, no caso de Eva Schran de Lima, houve durante seu mandato uma luta voltada ao atendimento de mulheres em situação de violência e para a criação de uma secretaria voltada à políticas que atendessem essas mulheres, porém, cerceadas por uma ideologia religiosa.

Outra dificuldade observada se refere ao fator econômico. Mulheres que não possuem apoio familiar, ou que não possuem auxiliares para colaborar com os afazeres domésticos encontram maior dificuldade para entrar na política. Tal fator não ocorreu com nenhuma das entrevistadas, mas foi relatado por uma delas como um impedimento para que outras mulheres pudessem se inserir no campo. Cabe lembrar que apesar de não se configurar como um fator impeditivo, o poder econômico coloca as mulheres em posição de desvantagem na disputa política, pois dificulta o desenvolvimento de campanhas eleitorais.

A realidade política guarapuavana está refletida na realidade social brasileira, pois demonstra que no cenário local, a questão da emancipação feminina ainda não é algo concreto, o que evidencia a necessidade de modificar estruturas, bem como ações e mentalidades sociais, o que inclui a mentalidade das próprias mulheres que reproduzem estruturas patriarcais. Essa mudança de estruturas e forma de concepção da participação da mulher na política é essencial

para que haja uma participação efetiva e comprometida com uma política de ideias que atenda aos anseios da população.

A necessidade de fazer com que a agenda feminista avance, sobretudo em um momento de ofensiva de tantos grupos opostos a ela, como os de direita religiosa, beneficiará a presença de mais mulheres nas esferas de poder. Perante às condições impostas pela nossa sociedade na modernidade, a representação política se constitui de uma solução indispensável para se alcançar uma sociedade mais justa e equânime. O sufrágio universal, as mudanças sociais e econômicas do século XX e as lutas protagonizadas pelos movimentos feministas e de mulheres, transformaram as nossas democracias em democracias de massa e assim, exigem a criação de formas de mediação específicas que organizem opiniões e interesses junto à vontade dos cidadãos e cidadãs.

Referências

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. “Michel Foucault e a teoria do poder”. **Tempo Social**, São Paulo, n 7, v 1-2, outubro de 1995, p. 105-110.

ARAÚJO, Clara. “Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos – as mulheres e as demandas por presença”. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (Orgs.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará, 2001.

ARAÚJO, Fátima; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. “Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de habitus na obra de Pierre Bourdieu”. **Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, v 1, n 1, jan/jun 2009, p. 31-40.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª edição, 2000.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, série Pesquisas, n 6, 1996.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. 6. ed. Rio de Janeiro, Globo, 1987.

BAUMAN, Zygmunt (1999). **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BELOTTI, Elena Gianini. **Educar para a submissão: o descondicional da mulher**. Petrópolis: Vozes, 6ª edição, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 8ª Ed., 2007.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n 3, 2º semestre 2001.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CORRÊA, Mariza. "Bourdieu e o sexo da dominação". **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, n. 54, p. 43-53, jul. 1999.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FRASER, Nancy. "Reconhecimento sem Ética?". **Lua Nova**, São Paulo, nº 70, 2007, p. 101-138.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 4ª edição, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 11ª Ed., 1996.

_____. Da diáspora: **Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2003.

HOBBS, Thomas. Capítulo IX: Do direito dos pais sobre seus filhos e do governo hereditário. In: _____. **Do cidadão**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 79-84.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. "Introdução: A invenção das tradições". In: _____. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 4ª Edição, 2006.

PERROT, Michelle et al. (Orgs.). **Historia de las Mujeres: Tomo 8: El siglo XIX"Actividades y reivindicaciones**. Madrid: Taurus Ediciones, 1993, p. 12- 61.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã: 1 capítulo**. Lisboa: Edições Levante, 1981.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um *campo novo* para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n2, Florianópolis, Mai/Ago. 2008, p. 333-357.

MICELI, Sérgio (Org.). **Pierre Bourdieu: A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 5ª Ed., 1999.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n 1, 2º semestre 2001.

_____. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.44, 2000.

MISKOLCI, Richard. "A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização". **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n 21, jan/jun 2009.

ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'água, 2003.

PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. As mulheres, o poder, a história. In: _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PISCITELLI, Adriana; CORREA, Mariza. Flores do colonialismo: masculinidades numa perspectiva antropológica. **Cadernos Pagu**, Campinas (SP), n.11, p. 201-229, 1998.

RAMOS, Flávio; JANUÁRIO, Sérgio. Reflexividade e constituição do mundo social: Giddens e Bourdieu (breves interpretações), **Ciências Sociais Unisinos**, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Janine Mello dos. **Gênero, representação e instituições**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciência Política da UnB. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SACCHET, T. **Making Women Count: Campaigns for Gender Quotas in Brazil**, PhD thesis, University of Essex, 2002.

_____. "Beyond Numbers: The impact of Gender Quotas in Latin America". **International Feminist Journal of Politics**. London: Routledge, 2008b.

_____. "O Início do Feminismo sob a Ditadura no Brasil: O que Ficou Escondido". **XXI International Congress of LASA**, Chicago, v.26, set. 1998.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SARTI, C. A. "Feminismo no Brasil: Uma Trajetória Particular". **Cadernos de Pesquisa**, nº. 64, fev. 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, [s/l], n 20, vol 2

SILVA, Marinete dos Santos. "Gênero, cidadania e participação política: as aventuras de uma 'cocote' no movimento abolicionista". [s/l], **Caderno Espaço Feminino**, v. 21, n. 1, jan/jul 2009.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 maio de 2015.

Apêndice 1 – Roteiro das entrevistas

- 1- Quando decidiu entrar para a carreira política?
- 2- Quais as dificuldades encontradas no caminho ao entrar para a carreira política?
- 3- Alguém lhe apoiou nessa tomada de decisão? Sentiu falta de maior apoio ou apoio de alguém?
- 4- Como sua família reagiu quando decidiu entrar na política?
- 5- Na época você já era casada ou tinha filhos? Como conciliou a carreira e os cuidados com filhos e casa? Alguma pessoa se encarregava desses cuidados por você? Quem?
- 6- Sua vida familiar sofreu alguma mudança depois dessa tomada?
- 7- Muitas pessoas veem a política como um campo somente para homens. O que acha disso?
- 8 - Você acredita que as mulheres fazem diferença na política?
- 9 - A que fatores a senhora atribui a baixa representação feminina na política? O que poderia ser feito para mudar isso?
- 11- Já sofreu discriminação por parte de seus colegas políticos por ser mulher?
- 12 - Acredita que a maternidade e o casamento dificultam a participação política para as mulheres?
- 13 - Qual o primeiro passo que as mulheres que anseiam entrar para a carreira política devem dar?